

MILITARES E POLÍTICA

*Número 3
(julho-dezembro 2008)*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Aloisio Teixeira

Vice-Reitor: Sylvia da Silveira de Mello Vargas

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Decano: Marcelo Macedo Corrêa e Castro

Superintendente Administrativo: Maria Goreti Mello

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Marco Antônio Gonçalves

Vice-Diretor: Marco Aurélio Santana

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe: Fábio de Souza Lessa

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE MILITARES NA POLÍTICA

Responsável: Renato Luís do Couto Neto e Lemos

MILITARES E POLÍTICA

Número 3 – julho a dezembro de 2008 – ISSN 1982-6834

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Barreto de Souza - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Adriano Nervo Codato - Universidade Federal do Paraná

Álvaro Pereira do Nascimento - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Celso Castro - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV

Christiane Figueiredo Pagano de Mello - Universidade Federal de Tocantins

Eliézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos/Universidade Estadual de Campinas

Francisco César Ferraz - Universidade Estadual de Londrina

Frank McCann - University of New Hampshire

Hendrik Kraay - University of Calgary

João Roberto Martins Filho - Universidade Federal de São Carlos

José Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Manuel Domingos Neto - Universidade Federal do Ceará

Paulo Ribeiro da Cunha - Universidade Estadual Paulista

Peter M. Beattie - Michigan State University

Renato Luís do Couto Neto e Lemos - LEMP/Universidade Federal do Rio de Janeiro

COMITÊ EDITORIAL

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP/UFRJ) – Editor

Cláudio Beserra de Vasconcelos (doutorando PPGHIS/LEMP/UFRJ) – Subeditor

Rachel Motta Cardoso (doutoranda PPGHCS/COC/FIOCRUZ/LEMP/UFRJ) – Secretária

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Endereço para correspondência:

Comitê Editorial

Largo do São Francisco de Paula, 01 – sala 206 – Centro

Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20051-070

Tel.: 55 21 2201-3141 r. 208

<http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista>

e-mail: lemp@ifcs.ufrj.br

Militares e Política / Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política / Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 1 (2007). Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2007-

Semestral
ISSN 1982-6834

1. História I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História. Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política.

Sumário

<i>Nota Editorial</i>	05
-----------------------------	----

Artigos

<i>Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos</i>	07
--	----

Uri Rosenheck

<i>Aspectos da música usufruída por brasileiros na Itália durante a Campanha da FEB</i>	17
---	----

Maria Elisa Pereira

<i>Mudanças e permanências: a polêmica sobre o destino da Casa da FEB</i>	28
---	----

Patrícia Ribeiro

<i>As Conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança na Definição da Identidade Brasileira</i>	42
---	----

Luís Cláudio Villafañe G. Santos

Nota Editorial

Número 3 - julho a dezembro de 2008

Em seu terceiro número, *Militares e Política* se apresenta organizada em torno da participação brasileira em guerras. Três artigos reproduzem comunicações apresentadas no I Seminário de Estudos sobre a FEB, realizado em maio de 2009 no recinto do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O quarto artigo discute a contribuição que a guerra contra o Paraguai pode ter oferecido ao processo de constituição da nacionalidade brasileira.

Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos

Uri Rosenheck*

Resumo:

A abundância de monumentos que comemoram a Força Expedicionária Brasileira (FEB) nas “paisagens cívicas” das cidades, especialmente em comparação ao número dos soldados brasileiros que lutaram na campanha italiana durante a Segunda Guerra Mundial, justifica o estudo desse artefato cultural. A análise da distribuição geográfica dos monumentos mostra que há uma diferença maior entre os centros urbanos povoados e os municípios do interior. Os próprios monumentos, e especialmente seus textos comemorativos, revelam a percepção local do episódio nacional e a memória cívica da FEB. Esses descobrimentos questionam alguns argumentos na historiografia sobre esquecimento da FEB e a apropriação de sua memória pelo Exército. O contraste traz luz a algumas tendências no campo dos estudos da FEB e oferece caminhos novos a seguir.

Palavras Chaves: Força expedicionária brasileira; monumentos; memória coletiva

Abstract:

The abundance of monuments commemoration of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) in the cities' *civicscapes*, especially when compared to the number of Brazilian soldiers who participated in the Italian campaign during WWII, justifies the study of this cultural artifact. The analysis of the monuments' geographical distribution shows that the greatest difference in monumental representation lies between the populated urban centers and the small municipalities in the countryside. The monuments, and especially their commemorative texts, reveal a local perception of the national episode and the FEB's civic memory. These findings put a question mark over some existing arguments in the historiography on the oblivion of the FEB and of the appropriation of its memory by the Army. The contrast sheds light on some tendencies in the FEB's field of study and offers new roads to follow.

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; monuments; collective memory

* Doutorando em história moderna da América Latina e história contemporânea do Brasil pelo Departamento de História de Emory University, EUA. A tese, *Fighting for Home Abroad: Remembrance and Oblivion of World War II in Brazil*, está sendo escrita sob orientação do Prof. Jeffrey Lesser. A pesquisa foi conduzida com apoio da Mathews Fellowship do Departamento de História e do Professional Development Support for Field Research (PDS) da Graduate School of Arts and Sciences de Emory University. E-mail: urosenh@emory.edu.

Um argumento comum entre os veteranos, pesquisadores e estudiosos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) é que ela foi esquecida pelo mundo, pelo Brasil, e pelos brasileiros (NEVES, 1995: p. 295; MAXIMIANO, 1995: p. 102; CYTRYNOWICZ, 2002: pp. 287 a 320; FERNANDES, 2009: pp. 312 a 320). Em certo sentido, estas declarações são uma indicação a mais da veracidade do provérbio “o brasileiro não tem memória”. Apesar dessas declarações, pelo menos na paisagem cívica¹ das cidades brasileiras, a FEB é bem representada. Baseados no livro *Os Monumentos Nacionais* (Mattos, 1960), que registra 107 monumentos dedicados à FEB, Mauad e Nunes argumentam que “no Brasil, surpreendentemente, esse número [de monumentos aos mortos da Segunda Guerra] também, [como na Europa], é significativo” (MAUAD; NUNES, 1999: p. 74). Os registros dos monumentos da FEB depositados na sede carioca da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB) documentam 192 monumentos construídos no Brasil até meados dos anos 80, em 165 cidades.² Esse número reforça o argumento da significância. Mas, por que esse número é “significativo”?

Os monumentos à FEB como artefato cultural de abundância significativa

Mauad e Nunes explicam que “[o] papel representado pela Segunda Guerra Mundial no imaginário coletivo brasileiro é um objeto a ser estudado, principalmente se considerarmos que a grande maioria dos pracinhas era gente humilde, proveniente das camadas mais pobres da população, alguns inclusive oriundos do antigo SAM (Serviço de Amparo ao Menor)” (MAUAD; NUNES, 1999: p. 74). Deve-se compreender essa afirmação à luz da tendência do século XIX e os princípios do XX de construir monumentos a “grandes homens” e heróis indivíduos. Outra explicação para explicar a significância dos monumentos dedicados à FEB foca na abundância dos monumentos como um artefato cultural. O antropólogo israelense Oz Almog contou, em 1992, um monumento para cada dezessete israelenses mortos em todas as guerras até aquele momento, e comentou que em relação à Europa é um número enorme, que demonstra a

¹ “Paisagem cívica” é uma tradução do termo inglês “civicscape” que é um termo criado a partir de “cityscape” (paisagem de um espaço urbano) e espaço cívico. A paisagem cívica significa as representações físicas e arquitetônicas no espaço designado aos rituais cívicos. Para ler mais sobre o conceito na Era Vargas, ver WILLIAMS, 2006.

² No início de 2009 a ANVFEB-RJ experimentou dificuldades financeiras e fechou temporariamente. Não é claro qual será o futuro do acervo e onde ficarão depositados os documentos. Ver, neste mesmo número, artigo “Mudanças e permanências: a polêmica sobre o destino da Casa da FEB”.

importância desse artefato cultural para a sociedade em questão (ALMOG, 1992: p. 182). Se verificarmos essa mesma lógica para o Brasil, percebemos que a relação entre os soldados mortos e os monumentos é de 451 soldados mortos para 192 monumentos, ou seja 2,35:1, i.e., três monumentos para cada sete mortos – “mais significativo” do que o caso Israelense.³ Porém, a maioria dos monumentos brasileiros não comemora os soldados mortos, mas os expedicionários em geral. A abundância desse artefato cultural justifica o seu estudo.

Tabela nº 1: Distribuição dos monumentos e praças expedicionários por regiões

Estado	Monumentos	% dos Monumentos	Praças	% de Praças	Relação entre monumentos e praças
Norte	1	0,52%	372	1,57%	0,332
Nordeste	10	5,21%	2.945	12,43%	0,419
Centro-Oeste	3	1,56%	790	3,33%	0,469
Sudeste	135	70,31%	15.217	64,20%	1,095
Sul	43	22,40%	4.378	18,47%	1,212
Total	192	100%	23.702	100%	

Fontes: *Livros de Comemoração* no acervo da ANVFEB - Rio de Janeiro; MORAES, 1947: 304. As mesmas fontes foram usadas para todas as tabelas.

Mauad e Nunes sustentam que “a maioria dos monumentos está localizada no estado de São Paulo, mas é interessante notar que a geografia dos monumentos se concentra, fundamentalmente, nas regiões Sudeste e Sul” (MAUAD e NUNES, 1999: p. 90). E, realmente, como se pode ver na tabela número um, quase noventa e três por cento dos monumentos ficam nessas regiões. Para equilibrar a proporção dos monumentos com a proporção dos expedicionários, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste precisariam construir pelo menos vinte e quatro monumentos.

Entretanto, o desequilíbrio é mais extremo no nível estadual do que no nível regional. Esse equilíbrio é representado na relação entre a porcentagem dos monumentos em um estado comparado com o Brasil e a porcentagem dos soldados que saíram do mesmo estado em relação ao total de expedicionários (a última coluna nas tabelas e intitulada “relação entre monumentos e praças”). Uma relação “perfeita”, representada com o número 1, significa que o estado, ou região, contribuiu com a mesma porcentagem de soldados que a dos monumentos existentes. Quando a parte do estado na comemoração monumental é maior do que sua participação na FEB, a relação é maior de 1. Uma relação menor do que 1 significa que existe sub-representação, i.e., o

³ Em outra versão, contam-se 465 mortos brasileiros da FEB e da FAB. Aqui preferi usar o número

estado construiu menos monumentos do que “precisava”, em relação aos todos monumentos dedicados à FEB no país em relação a todos os *febianos*. Pode-se ver na tabela número 2 que a sub-representação no estado do Rio de Janeiro (0,307) é a mais acentuada, apresentando uma relação entre monumentos e soldados menor do que todos os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde ao menos um monumento foi construído – excetuando-se o estado de Mato Grosso antes da sua divisão (0,182). Por outro lado, a representação é grande em São Paulo (2,222), sendo maior do que a do Rio Grande do Sul (1,510) e menor do que a de Minas Gerais (2,437). Ao mesmo tempo é quase igual à de Goiás (2,224).

Tabela nº 2: Distribuição dos monumentos e praças expedicionários por estados

	Estado	Monumentos	% dos Monumentos	Praças	% de Praças	Relação entre monumentos e praças
Norte						
	Amazonas	0	0,0%	91	0,38%	0
	Pará	1	0,5%	281	1,19%	0,439
Nordeste						
	Algoas	1	0,5%	148	0,62%	0,834
	Bahia	3	1,6%	686	2,89%	0,540
	Ceara	1	0,5%	377	1,59%	0,327
	Maranhão	1	0,5%	134	0,57%	0,921
	Paraíba	1	0,5%	349	1,47%	0,354
	Pernambuco	3	1,6%	651	2,75%	0,569
	Piauí	0	0,0%	67	0,28%	0
	Rio Grande do Norte	0	0,0%	341	1,44%	0
	Sergipe	0	0,0%	192	0,81%	0
Centro Oeste						
	Goiás	2	1,0%	111	0,47%	2,224
	Matto Grosso	1	0,5%	679	2,86%	0,182
Sudeste						
	Espirito Santo	3	1,6%	345	1,46%	1,073
	Minas Gerais	42	21,9%	2.947	12,43%	1,759
	Rio de Janeiro	20	10,4%	8.036	33,90%	0,307
	São Paulo	70	36,5%	3.889	16,41%	2,222
Sul						
	Parana	9	4,7%	1.542	6,51%	0,721
	Rio Grande do Sul	23	12,0%	1.880	7,93%	1,510
	Santa Catarina	11	5,7%	956	4,03%	1,420
Total						
		192	100%	23.702	100%	

menor. Para as diferentes versões, ver: SALUN, 2004: 77-78.

Entre as capitais e o interior

Quando separamos os dados sobre as capitais estaduais e as cidades interioranas, é possível vislumbrar uma nova perspectiva.

Tabela Nº 3: Distribuição dos Monumentos e Expedicionários (sem oficiais) por Capitais e Estados de RJ e SP

Estado	Monumentos	% dos Monumentos	Praças	% de Praças	Relação entre monumentos e praças
Rio de Janeiro (DF)	2	1,04%	6.094	25,71%	0,041
Rio de Janeiro (interior do Estado)	18	9,38%	1.942	8,19%	1,144
Sao Paulo (Capital)	6	3,13%	1.000	4,22%	0,741
São Paulo (interior do Estado)	64	33,33%	2.889	12,19%	2,735

O antigo Distrito Federal é a área que, em relação ao número de expedicionários enviados, menos comemora a FEB em monumentos em todo o país (0,041). O estado do Rio de Janeiro já não é sub-representado, e a relação entre monumentos e praças aproximou-se aos outros estados do Sudeste e do Sul (1,144). Os dados sobre São Paulo não são exatos, mas uma estimativa razoável conta aproximadamente 1.000 expedicionários que teriam saído da capital. Esta figura mostra que, apesar de não tanto quanto o caso do antigo Distrito Federal, na cidade de São Paulo também há sub-representação (0,741), e, por outro lado, o interior paulista destacou-se entre todos outros estados e regiões em sua representação abundante dos pracinhas. (2,735).

A distribuição dos monumentos à FEB no Brasil sugere que, apesar da sub-representação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em relação ao número de expedicionários naturais do estado, a diferença dramática é entre os grandes centros urbanos e as cidades menores no interior. À luz desta constatação, temos que ler com cuidado, por exemplo, as explicações de Roney Cytrynowicz para a ausência da FEB na “memória paulistana”. O fato de que o mesmo fenômeno é presente no Rio de Janeiro, e de certa maneira ainda mais preponderante, faz com que as explicações de natureza local sejam insuficientes, i.e., indica que a guerra é um tema nacional e não paulistano, e que “faz respeito ao Estado Novo e a Getúlio Vargas”, a quem as elites paulistanas não apoiaram, e que nenhum regimento partiu da cidade (CYTRYNOWICZ, 2002: p. 304). Proponho outra explicação: a saída dos soldados para lutar no velho mundo, no além-mar, era extremamente excepcional nas cidades sonolentas do interior, mas só um

evento a mais no cotidiano acelerado das grandes metrópoles. Além do mais, a FEB foi interpretada a partir uma perspectiva local, como se pode ver nos textos comemorativos dos monumentos.

A perspectiva local da comemoração da FEB

Quando Mauad, Nunes e Almog argumentam que os monumentos à FEB são significativos em relação ao número de soldados, eles referem-se aos soldados mortos e comparam com os números de monumentos aos soldados mortos de outros países europeus. Entretanto, a maioria dos monumentos brasileiros à FEB não homenageia os mortos, mas os vivos, ou mais precisamente, os expedicionários que saíram dos municípios para lutar. Os monumentos à FEB não expressam saudades dos que não voltaram, mas, sim, respeito àqueles que partiram e voltaram - vivos ou mortos. A retórica textual da comemoração nos monumentos expressa repetidamente que os expedicionários eram “os filhos dessa terra”, parte do “povo” local, os representantes de suas comunidades, e que eram “Gaúchos integrantes da FEB” (Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul), dedicando os textos “[a]os Alagoanos da FEB” (Maceió, Alagoas), “aos heróis de Assis” (Assis, SP), aos Atibaianos, Burianos e Itatibenses e aos que “levaram à Guerra o civismo de Perdões” (Perdões, MG). Parece, então, que o que Almog escreveu sobre a função dos monumentos em Israel aplica-se também ao Brasil. De um lado, o monumento funciona como uma bandeira que mostra que a comunidade também tem parte na nação. Por outro lado, o monumento é uma “declaração de afiliação tribal” que representa um “patriotismo” local, e que ajuda a distingui-la de outras cidades parecidas por ser um tributo cívico e um tributo de derramamento de sangue. (ALMOG: p. 185).

O monumento não é a única forma de comemorar na paisagem cívica. O monumento é um tipo de memorial, quer dizer, qualquer local de memória, que se diferencia em seu caráter físico-plástico dos outros memoriais, como um dia de comemoração, ou um espaço, ou um livro (YOUNG, 1993: p. 4). Essa diferença não é técnica ou estética apenas, porque o monumento e o rito comemorativo não têm outras funções que têm os outros memoriais de guerra, como denominação de escolas ou edifícios públicos, uma coleção de artefatos de guerra e o comércio de relíquias militares. Por isso, o monumento e o rito comemorativo são memoriais que comunicam bem valor e mérito. Por sua falta de utilidade e, também, por sua capacidade de

Militares e Política, n.º 3 (jul.-dez. 2008), pp. 7-16.

provocar sentimentos sagrados (MAYO, 1988: p. 68). Então, quais são os sentimentos sagrados que os monumentos à FEB comunicam?

As mensagens dos monumentos

Nos poucos estudos existentes sobre a comemoração pública da FEB, frequentemente baseados nas análises de cerimônias, é comum encontrar o argumento de que a memória da FEB foi militarizada e que a comemoração da FEB transformou-se em um ato de valorização das forças armadas (OLIVEIRA, 2000; FERRAZ, 2003: esp. cp. 5). Tal interpretação sobre este processo de construção da memória sugere que no passado existiam outras opções. Ferraz menciona, por exemplo, palestras, festas e bailes beneficentes, eventos culturais e celebrações religiosas (FERRAZ, 2003: p. 332). Em contraste com esses eventos efêmeros, os monumentos à FEB, normalmente, são objetos físicos com aparência constante e presença fixa na paisagem cívica. É difícil atribuir sentido à estética dos monumentos pela abundância do uso de obeliscos, que é um modelo pouco expressivo. Porém, é evidente que, com exceção dos monumentos dentro das bases militares, as forças armadas estão quase que totalmente ausentes nos textos que acompanham os monumentos. Um exemplo contrastante, mas também raro, é o monumento na Praça Ex-Combatente em São Gonçalo (RJ), onde a inscrição glorifica as “classes armadas eternas” por serem os “guardiães das liberdades democráticas e da integridade pátria”. Em geral, os textos destacam repetidamente a democracia, a liberdade, o civismo, e em menor grau, a vitória, a honra, a integridade nacional, e os “valores humanos”. A narrativa não comunica a importância do Exército e seu papel na construção da nação, mas os valores de uma sociedade civil. É importante ressaltar que, dentre os 120 monumentos dos quais conhecemos a data de inauguração, sessenta e três (52.5%) foram construídos entre 1945 e 1946, quando a sociedade civil brasileira experimentou seus primeiros passos na democracia depois dos anos sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Trinta e dois monumentos (26.6%) foram construídos depois deste impulso inicial e antes da instalação da ditadura militar em 1964. Não se pode notar uma mudança significativa nas características dos monumentos que foram inaugurados depois de 1964.

Dentre todos os monumentos analisados, 26 são estátuas de soldados. Entre as estátuas, 15 mostram soldados em movimento (57%), destes, nove (ou 35% do total)

representam um soldado só em combate, outros três em movimentos não muito claros (11.5%), e mais três levantam seus fuzis num gesto de vitória e fim da luta (11.5%). Os outros 11 (42%) mostram soldados estáticos, em geral em posição de guarda ou com uma bandeira. A representação visual destes soldados não é de ação militar ou de combate, e reflete uma imagem mais passiva do que agressiva.

Algumas narrativas não são comuns, mas são interessantes como opções de vozes diferentes, apesar de não integrarem as correntes predominantes dentre as narrativas da FEB. Por exemplo, o monumento aos imigrantes em Caxias do Sul (RS), onde três cenas representam a chegada dos imigrantes, sua contribuição com seu trabalho agrícola e sua integração na nação quando seu filho partiu para a guerra na Itália com a FEB. Ou um monumento de Jacutinga (MG) que homenageia a FEB com iconografia cristã de cenas de paz e harmonia.

Considerações Finais

Essas observações sobre os monumentos brasileiros à FEB são parciais e estão baseadas em uma pesquisa em andamento. Ainda temos de perguntar, por exemplo, o que acontece com os monumentos depois de sua criação. Ou seja, a recepção e interação deles com a sociedade. Outra via de investigação desejada é analisar a política por trás da criação dos monumentos. Porém, proponho que essas observações sobre a distribuição geográfica dos monumentos, a localização da memória nacional e os valores cívicos e democráticos evidentes nessas comemorações sejam também relevantes para o estudo da memória da FEB em geral por no, mínimo, três razões.

Primeiramente, as asserções contemporâneas sobre o esquecimento da FEB podem ser verdadeiras, porém os monumentos, também como outras fontes (panfletos políticos, prontuários e dossiês nas polícias políticas, romances, livros escolares, histórias em quadrinhos e outros, mostram que nem sempre foi assim). Temos que tomar cuidado com o anacronismo e reconhecer que em certas épocas a memória da FEB teve um papel de maior relevância nos âmbitos pessoal, local e nacional.

Em segundo lugar, precisamos expandir geograficamente a nossa análise da FEB. A maioria dos estudos sobre a FEB obedece à tendência comum, porém não absoluta, de basear-se nos grandes acervos das associações dos veteranos em São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. Os trabalhos que usam fontes fora desse triângulo utilizam

quase em sua totalidade perspectivas pessoais retiradas de histórias orais. Temos que considerar que, assim como a análise dos monumentos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro revela diferenças entre estes e os monumentos no interior, também outros argumentos que já estão aceitos na historiografia podem ser alterados se incluirmos uma área geográfica mais ampla.

Por fim, ainda que as ligações da história da FEB com a história militar sejam importantes, temos que reconhecer que existem outras narrativas. Ao lado do esforço de compreender a FEB sob o ponto de vista militar, temos de apropriar o conhecimento gerado pela história militar e usá-lo para criar ligações entre a história da FEB e outros aspectos da história e da sociedade brasileira como um todo.

Bibliografia

- ALMOG, Oz. “Monumentos Aos Soldados Mortos Em Israel: Uma Análise Simiota” In *Megamot: Behavioral Sciences Quarterly*, Jerusalém, Henrietta Szold Institute, 1992 Vol. 34, nº 2, pp. 179 a 210 [Hebraico].
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra: A Mobilização e o Cotidiano em São Paulo durante a Segunda guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2002.
- FERNANDES, Fernando Lourenço. *Estrada para Fornovo: A FEB – Força Expedicionária Brasileira, Outros Exércitos & Outras Guerras na Itália, 1944 – 1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 2003.
- MATTOS, J. B. *Os Monumentos Nacionais: A Força Expedicionária no Bronze*. Rio de Janeiro: Imp. Do Exército, 1960.
- MAUAD, Ana M.; NUNES, D. F. “Discurso de uma morte consumada: monumento dos pracinhas”. In: Paulo Knauss (Org.). *Cidade Vaidosa: estudos sobre imaginária urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999, pp. 53-73.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Onde Estão Nossos Heróis: Uma Breve História dos brasileiros na 2ª Guerra*. São Paulo, C.C. Maximiano, 1995.
- MAYO, James M. “War Memorials as Political Memory”. In *Geographical Review*, New York, The American Geographical Society, 1988 Vol. 78, nº 1, pp. 62-75.
- MORAES, João Batista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
- NEVES, Luis Filipe da Silva. “A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: Um Balanço Histórico*. São Paulo: Xamã/Depto de Historia, FFLCH-USP, 1995, pp. 295 a 318.

- OLIVEIRA, Dennison de. “Cultura e poder nas cerimônias militares das Forças Armadas Brasileiras: o caso da vitória de Monte Castelo”. In *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, Editora da UFPR, 2000 n° 9, pp. 31-56.
- SALUN, Alfredo Oscar. “Zé Carioca” vai à guerra: *Histórias e memórias sobre a FEB*. São Paulo: Pulsar, 2004.
- WILLIAMS, Daryle. “Civicscape and Memoryscape: The First Vargas Regime and Rio de Janeiro”. In: Jenes R. Hentschke (Org.). *Vargas and Brazil: New Perspectives*. New York: Palgrave Macmillan, 2006, pp. 55- 82.
- YOUNG, James. *The Texture of Memory: Holocaust Memorials and Meaning*. New Haven, Conn.: Yale UP, 1993.

Aspectos da música usufruída por brasileiros na Itália durante a Campanha da FEB

Maria Elisa Pereira*

Resumo:

Este artigo analisa, mais do que os cantos de guerra do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil dos cantos de guerra. Trabalha com as peças criadas pelos combatentes na Itália e com as músicas difundidas pelos músicos militares e pelas transmissões de rádio da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Essas obras passaram pelo crivo da crítica imanente, que encontrou na *paródia* a ferramenta mais comum à época para a estruturação social na música.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; FEB; cantos de guerra; crítica imanente; paródia.

Abstract:

From a vision that contemplates dialectic between the form and the content, this work analyses, over and beyond the Brazilian war songs during the Second World War, the Brazil (itself) in the war songs. It uses the plays created by the combatants in Italy, and the music revealed by the military musicians and by radio transmissions of FEB (the Brazilian army force sent to Europe). All these songs went through a screening by immanent criticism, which saw in *parody* the most common tool to show the social structures through music.

Keywords: Second World War; FEB; war songs; immanent criticism; parody.

Este artigo deriva de uma pesquisa de doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP), com o nome: “*Você sabe de onde eu venho?: o Brasil dos cantos de guerra*”, orientada pelo Prof. Dr. Francisco Alambert. O primeiro capítulo trata da “Canção do Expedicionário” e o terceiro das demais músicas que, como aquela, foram veiculadas apenas no Brasil. Apresenta-se aqui parte do capítulo que aborda as peças que brasileiros ouviram e compuseram na Itália.

* Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da FFLCH/USP. Bolsista Capes. E-mail: rtmep@ig.com.br.

Neste estudo a canção é vista como um todo indivisível, letra, música, arranjo, interpretação etc. Importa menos saber o que se fala nela do que como o assunto é tratado; também importam menos rótulos como “nacionalista” ou “propagandista” do que a composição musical total - aqui entendida sob ângulos que vão desde seus atributos estruturais até os seus aspectos comerciais.

Se, em sua face externa, os diferentes repertórios dos combatentes informam sobre a guerra e o Brasil, as canções, mediadoras dos processos sociais então em curso e com ele identificadas, podem revelar em suas estruturas internas a dinâmica desse processo se a avaliação estética for acompanhada da compreensão histórica. Para empreender esse entendimento em forma de constelação de análises, esta pesquisa apóia-se na articulação das teorias de Roberto Schwarz e Walter Garcia.

As informações colhidas para esta parte da pesquisa vieram de fontes tradicionais como livros e periódicos especializados, de entrevistas com veteranos, de documentos do Arquivo do Exército, de gravações encontradas no Arquivo Nacional e na Fundação Nacional de Arte (Funarte) e de sites da internet mantidos por iniciativas privadas de divulgação de ações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e de seus componentes. Entendendo-se que, para os leitores desta publicação, seria redundante falar sobre a organização da FEB e do Primeiro Grupo de Aviação de Caça (GAvCa) da Força Aérea Brasileira (FAB), passa-se diretamente para um resumo da produção musical na Itália e para a análise de uma das obras estudadas.

Os dados levantados revelaram apenas algumas das obras usufruídas durante o conflito. É impossível dizer exatamente o que os brasileiros ouviram, tanto nas cerimônias quanto em seus momentos de lazer espontâneo ou promovido pelo Serviço Especial, ainda mais levando em conta as condições de estada dos diferentes grupos. Mesmo assim, nenhuma fonte cita a “Canção do Expedicionário”, o que fortalece a hipótese de que sua função primordial tenha sido a do fortalecimento do front interno.

Livros como os dos Brigadeiros Rui Barbosa Moreira Lima (LIMA, 1980) e Luiz Felipe Perdigão Medeiros da Fonseca (FONSECA, 1983), à época tenentes aviadores do GAvCa, são raros. Mostrando simultaneamente relatos apaixonados sobre as missões e impressões descontraídas da vida em caserna, *Senta a pua* e *Missão de guerra* apresentaram a gênese comunitária de mais de uma dezena de canções desse período de invenção das próprias tradições. Elas carregam um estranho humor em meio ao desejo de registrar a criatividade e a agressividade como traços distintivos da equipe.

Duas obras, “Carnaval em Veneza” e a “Ópera do Danilo”, são paródias. Suas melodias foram tomadas de empréstimo de outras, e não se configuram como elementos orgânicos da composição. Porém, as novas letras foram feitas em comunidade e exerceram nela um papel aglutinador.

É sabido que o carnaval não nasceu no Brasil, e que se tornou uma festa brasileira com variantes regionais. Nela, durante os quatro dias que precedem a Quaresma, os valores são invertidos ou relativizados, os discursos dissonantes são polifonizados e as diferenças sociais são camufladas, soltando-se a pressão para manter a caldeira em ordem. As músicas que seguem esse padrão são chamadas de *carnavalescas*, como “Mamãe, eu quero”. Durante os anos 40, a versão carioca da folia já funcionava perfeitamente coordenada ao *status quo* e à indústria de discos.

“Carnaval em Veneza” parodia um sucesso de 1941, “A dança do funiculi”, e a “Ópera do Danilo”, enfeixando partes de diversas paródias, critica o próprio conceito de ópera. Suas estéticas tiveram de adaptar-se à situação da Força Aérea Brasileira (FAB) na Itália, porque é das configurações postas pela realidade social, tenham ou não consciência disso os artistas, que deriva a forma, e não o inverso. Referindo-se à festa de Momo, “Carnaval em Veneza” não é sequer *carnavalesca*. Ela não canta o hiato temporal de folia no qual as regras podem ser transgredidas, mas o perene e justo corretivo aplicável aos inimigos. Ela é tão “pela ordem” que a comunidade a transformou em um hino. A fuga do tenente Danilo se passa durante o Carnaval e o início da Quaresma, mas isso não é referido em nenhuma cena. Mesmo assim a ópera apresenta uma narrativa *carnavalizada*, entrelaçando discursos verbais e sonoros, aparentemente nivelando diferenças sociais e valorizando a malandragem, enquanto canta o retorno do aviador à ordem.

Na organização divisionária da FEB foi inserida uma Banda de Música com 65 elementos. Ligada ao Serviço Especial, ela agregou pessoal das tradicionais bandas dos regimentos de infantaria de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Dissolvida em outubro de 1945, os cariocas reintegraram-se ao Regimento Sampaio e os demais retornaram às suas unidades de origem. Ela foi confiada ao tenente Franklin de Carvalho Júnior, que ingressara como instrumentista no Regimento Sampaio em 1926. Ele foi mestre de música da FEB e maestro da banda do 1º Regimento de Infantaria até

1954. Regeu a banda da Companhia Siderúrgica Nacional por mais vinte anos, e recentemente foi declarado Patrono dos Músicos do Exército.

Pelo prontuário do tenente “Frank” que se encontra no Arquivo Histórico do Exército, podem-se seguir algumas de suas missões musicais. Ele saiu do Rio de Janeiro a 22 de setembro de 1944 e chegou a Nápoles a seis de outubro. De lá foi para Livorno e a Pisa, onde a Banda participou de uma missa e, no dia 20, de uma formatura para o general Mark Clark. A sete de novembro os músicos tocaram para o general Alexander em Porreta Terme. A partir do dia 11 ficaram em Pistóia. A 12 de janeiro o tenente regeu um programa em Florença, no Teatro do V Exército. Em março mudou-se para Pavana. Dia 21 a Banda tomou parte da formatura para o general Lucian K. Truscott e, dia sete de abril, para o general Willis Crittenberger. Dia 24 o maestro foi para Vignola, e dia 30, para Parma. Com o início do fim da guerra, celebrou-se dia 11 de maio em Alessandria missa solene na catedral. Dia 18, os músicos apresentaram-se para o comandante da FEB, general João Batista Mascarenhas de Moraes, e dia 30 para o general Crittenberger. O maestro estacionou em Francolise com os demais instrumentistas.¹ Saiu de Nápoles a 28 de agosto e aportou dia três em Lisboa, onde a Banda participou de uma formatura para as autoridades locais. No dia seguinte o mestre músico embarcou para o Rio de Janeiro, onde atracou no dia 17 de setembro de 1945.

Quanto ao repertório, além da inescapável “God Bless América” (Irving Berlin, 1938) em português,² a Banda de Música executava os hinos, dobrados e marchas militares habituais, um pouco de música erudita facilitada (como trechos de “O Guarani”) e arranjos de música popular (“Aquarela do Brasil”, “Cidade Maravilhosa”, “Canta Brasil”). Consta que este conjunto teria realizado mais de uma centena de programas; isso só pode ser considerado verdade caso se incluam as atuações de duas

¹ Entre maio e setembro, os veteranos aguardaram a volta ao país em Francolise, vilarejo relativamente próximo a Nápoles. O 1º Escalão chegou ao Brasil a 18 de julho, e o 5º Escalão a três de outubro de 1945.

² “[...] Deus salve a América \ Terra de Amor \ Verdes mares, florestas \ Lindos campos abertos em flor \ Berço amigo da bonança \ da esperança o altar \ Deus salve a América \ meu céu, meu lar [...]”. Não sem resistência, os brasileiros tiveram de escutar muito e mesmo cantar essa canção, como anotou Boris Schnaiderman no dia 18 de agosto de 1944: “[...] Soube-se que o general Clark iria passar em revista os brasileiros. Em consequência, [...] passou a haver diariamente ensaio geral [...]. Recebemos uns papezinhos [...] com o texto de “Deus salve a América” em português. [...] O maestro] ergueu a batuta, mas nenhuma voz se ergueu. [...] Nós, isto é, alguns oficiais, uns escassos estudantes da Bateria-Comando e pouquíssimos soldados das baterias de tiro, ficamos esgoelando-nos, procurando cobrir o silêncio geral da tropa. ‘Isso! Canta, escravo!’ - gritou alguém atrás de mim, deixando-me com as orelhas em fogo [...]” (SCHNAIDERMAN, 1995: 79-90).

subunidades informais: o Coral Sacro,³ formado por elementos do 11º Regimento de Infantaria (11º RI), e a Banda de Jazz, de intensa atividade.

A Jazz Band (trombones, saxofones, pistons, banjo, bateria, pandeiro, sousafone e violoncelo) era dirigida por Milton Vieira Galvão.⁴ Além das apresentações “normais”, das transmissões de rádio e das gravações para a emissora de rádio britânica BBC (British Broadcasting Corporation), o grupo subia em um caminhão e ia até próximo ao front, onde descia as laterais do veículo, transformando-o em um palco-móvel. Seus shows mesclavam música cívica com a popular nacional e internacional. Constavam do seu repertório obras como “Aquarela do Brasil”, “Cidade maravilhosa”, “Rancho fundo”, “O teu cabelo não nega”, “Atire a primeira pedra”, “Adeus Mangueira”, “A falsa baiana”, “Praça onze”, “Ala-la-ô” e “Brasil pandeiro”. Entre as músicas estrangeiras, não faltavam “Funiculi”, “Besame mucho”, “Lili Marleen”, “La strada del bosco”, “Firenze sogna”, “Star dust”, “Torna a Surriento”, “Mamma”, “Caravan” e “Deus salve a América”. Às vezes se acompanhavam de um quarteto vocal masculino à maneira dos grupos norte-americanos. Outras, abriram espaço para as composições dos praças, como “Plantão de Waldemar” e “Banho na Bacia”.⁵

O Serviço Especial levou alguns discos de cera, gravados no Brasil até meados de 1944, que inseria em seus programas transmitidos por alto-falantes e/ou por rádio pelo Serviço de Transmissões.⁶ O fundo nacionalista dessa coleção é evidente. Durante as idas à Itália ouviam-se nos navios “E o 56 não veio”, “Ai! Que saudades da Amélia”, “A valsa dos namorados”, “Não posso viver sem ela”, “Brasil Moreno”, “Canta Brasil”, “O que é que a baiana tem?”, “Você já foi à Bahia?”, “Exaltação à Bahia”, “A preta do acarajé”, “Falta tudo” e a marcha “Avante camaradas”, entre outras (MAB, 2005).

³ O madrigal formou-se com instrumentistas que também integravam o Coral do Carmo de São João del Rei - aliás, o combatentes do regimento mineiro mantiveram na Itália, sempre que possível, a reza do terço às 18 horas e a presença na celebração dominical. Em tempos de missa cantada em latim, o Coral Sacro colaborava com a Capelania Católica, interpretando, entre outras, obras de Lorenzo Perosi, compositor do Vaticano.

⁴ As informações sobre as atividades dos músicos foram obtidas principalmente em duas entrevistas realizadas em julho de 2007 com o veterano sargento Francisco de Assis Carvalho (sr. Juju), flautista que também tocava violoncelo e contrabaixo e que, por isso, participou da Banda de Jazz. Os dados foram cruzados com outros documentos (livros, fotos) e complementados com uma breve biografia do sr. Juju fornecida pelo sargento Rogério Gonçalves, do Acervo Histórico do 11º RI, o Regimento Tiradentes, em São João Del Rei (MG).

⁵ Essas são algumas das peças citadas nos programas do Serviço Especial (MAB, 2005), encontradas nas gravações da BBC (ver nota nº 8) e recordadas pelo sr. Juju.

⁶ Sobre a configuração dessa unidade, ver: <<<http://segundaguerra.org/feb-o-servico-de-transmissoes>>>, <<<http://segundaguerra.org/feb-as-comunicacoes>>>.

O correspondente brasileiro Francis Hallawell (o “Chico da BBC”),⁷ além de enviar crônicas diárias para Londres,⁸ colaborou com o Serviço Especial da FEB e com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão encarregado, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), da censura e da propaganda política –, em vários trabalhos. Os seus scripts para o noticiário “Nossa terra”,⁹ o qual mesclava músicas brasileiras às falas de autoridades militares, novidades sobre o andamento das lutas, sobre o Brasil e sobre os países envolvidos na guerra, mostram que o programa começava e terminava com a *theme song* “Minha terra”. Hallawell incluía uma ou duas canções por dia, como “Atire a primeira pedra”, “Morena boca de ouro”, “Sabiá de Mangueira”, “Tico-tico no fubá”, “Quase louco”, “Baiana bonita”, “Dever de um brasileiro”, “Estrela d’Alva”, “Me ensina a sambar”, “Gamboa”, “Carioca”, “Rendeira”, “Cai, cai”, “Cidade maravilhosa”, “Helena, Helena”, “Aperto de mão”, “Fala baiano”, “Chamego”, “É doce morrer no mar”, “Os produtos da minha terra”, “Nossa comédia”, “A falsa baiana”, “Ruas do Japão”, “Moreninha dos cachos”, “Urubu malandro”, “Salão azul”, “Casinha da Marambaia”, “Beija-me”, “Rio de Janeiro”, “Mãos que falam”, “Casa de sapapo”, “O samba não morre”, “Vira as máquinas”, “Três lágrimas”, “Cai no samba” e “Brasil pandeiro”.

Contudo, existiu uma produção de músicas, bem como de poesias,¹⁰ feitas por e para expedicionários em solo italiano.¹¹ Com o fim da guerra e a reunião das tropas para

⁷ A BBC produziu alguns discos originais em acetato na Itália, grandes (16 polegadas), e os reproduziu. Depois de prensados, cada conjunto de dois discos tem seus lados alternados (A/C, B/D), cada lado com perto de 15 minutos. Os toca-discos das rádios tinham duas pickups; assim que uma terminava de tocar o lado A, o *disc jockey* soltava o lado B, que já estava em outra, e assim sucessivamente. Na Casa da FEB do Rio de Janeiro, encontram-se as seguintes reproduções: “História do 6º RI”; “Um hospital na Itália”; “Sambas nascidos na Campanha da Itália”; Programa “Só pena que voa”; Programa “Hora - Rancho” e “Hora - Mala Postal”; “O Regimento Sampaio [1º RI] e a artilharia divisionária”; “O 11º RI”; “Conjunto da Cobra Fumando”; “O mestre pracinha”; “Caro expedicionário”; “Com as forças brasileiras na Itália” e “Missa na Catedral de Pisa”. A coleção *Assim era o rádio* (<<<http://www.collectors.com.br/download/AcervoRadiofonico.rtf>>>), um convênio da Collector’s com Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro, comercializa cópias dos acetatos “Com a FEB na Itália” (AER 109 a AER 112). Existem fitas K7 no MIS e no Arquivo Nacional (Fundo Agência Nacional, Documentos Sonoros, nº 139 a 141) que reproduzem alguns desses programas.

⁸ Ele possuía bons equipamentos, entre eles um gravador portátil de discos em acetato para registro direto. Normalmente esses originais iam de jipe até Florença, e de lá até Londres, que os regrava e os irradiava para o mundo. De Roma era possível, vez por outra, irradiar diretamente para Londres (LEAL FILHO, 2008: 31-35).

⁹ Na Caixa 411 do Arquivo Histórico do Exército (RJ) existem 19 scripts compreendendo o período de 29/11/1944 a 05/02/1945.

¹⁰ Sobre as poesias, ver: <<<http://www.marweb.com.br/feb1944/poesias.htm>>>. Ver também Gonçalves e Maximiano (2005); MAB (2005); Maximiano (2004); e Udihara (2002).

¹¹ Um LP da *Chantecler* de 1966 com o conjunto **Expedicionários do Ritmo**, chamado de **20 Anos Depois**, registra algumas delas. Contém as músicas: “Tedesco, levante os braços”, “A ‘Lurdinha’ está cantando”, “Onde eu vi muito Tedesco”, “Tedesco eu quero ver”, “Capitão Yedo comandou”, “Minha

a desmedida espera pelo retorno ao Brasil, novas obras foram ouvidas entre Alessandria e Francolise; porque se a Banda interpretava as músicas oficiais e a Jazz as oficiosas, os simples compunham suas canções. Muitas delas se perderam com a rarefação posterior dos veteranos resultante de sua forçada “diáspora interna”. Em programas feitos por Hallowell durante a retenção da FEB na Europa, ao que tudo indica, estão os únicos registros feitos *in loco* das criações musicais que declaram a saudade, a valentia e o patriotismo da infantaria brasileira.¹²

Os aviadores viam seu alvo de longe. Para a infantaria, em terra, havia luta corpo a corpo e convívio direto com a população local. Mesmo assim, existem alguns elementos que transparecem nas composições dos dois grupos: a malandragem e o carnaval. Em uma delas, “Tedeschi portare via”, marchinha gravada em junho de 1945 pelo “Chico da BBC”, eles são marcantes (Ré maior, 4\4, semímina = 120):¹³

Introdução: (D7) G, A7, D, B7, Em7, A7, D, D7; G, A7, D, B7, Em7, A7, D

(D) D A7
- Passei um carnaval fora do Brasil,

A7 D
Deitando e (en)rolando, empunhando o meu fuzil,

D A7
Passei um carnaval fora do Brasil,

A7 D D7
Deitando e (en)rolando, empunhando o meu fuzil.

G A7 D B7
- O mais engraçado de lá

Em A7 D B7
Era quando o povo dizia:

Em A7 D B7
Tedeschi portare via,

Em A7 D
Tedeschi portare via

Bm Em A7 D B7
- Eu pulava e saltava naquela confusão

homenagem”, “Sorrindo e cantando”, “Acelerado”, “Parabéns à FEB” e “No Brasil tem”. Muitas dessas canções da Itália estão disponíveis em diversos sites da internet.

¹² Como em “Uma cabrocha”, “Cobra não fuma”, “Lembrei”, “Pro brasileiro alemão é sopa” e “Sinhá Lurdinha”.

¹³ “Tedeschi, portare via”, de/com José Pereira dos Santos. Disponível em: <<http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=tedeschi-portare-via#>>.

Em A7 D
Quando ouvia o ronco do canhão.

B7 Em A7 D B7
Mulheres e crianças gritavam com alegria:

Em A7 D B7 Em A7 D B7 Em A7 D
Tedeschi andare via... Tedeschi andare via... Tedeschi andare via...

Em menos de dois minutos “Tedeschi portare via”, atribuída ao cabo José Pereira dos Santos,¹⁴ expõe o combatente compositor, instrumentista e cantor. A introdução (oito compassos) mostra suas habilidades ao violão; ouve-se ao fundo uma percussão que desaparece quando o canto se inicia. O instrumento passa então, criativamente, a marcar os quatro tempos da canção, que possui outras três seções, com a presença constante, na harmonia, do acorde da tonalidade principal, Ré Maior. Cada uma das três partes de oito compassos sustenta uma quadra, que se desenvolve sobre uma melodia com a extensão de uma nona, do Lá grave ao Si médio. Isso é relativamente pouco, mas nele se verificam complexidade melódica e acerto prosódico em português e italiano.

A marchinha questiona alguns esquemas estéticos e sociais e fixa experiências pessoais e coletivas. Ela narra o retorno dos italianos à liberdade, deixando de ser como que escravos dos alemães, obrigados que foram a lhes entregar seus bens e suas vidas. Dialogando com essa circunstância estava um soldado estrangeiro que a princípio não encontrara tradução para o que via e ouvia. Passado o estranhamento, ele relacionou a vivência da guerra - a grande desordem planejada e promovida pela ordem - com o espetáculo do carnaval.

Casais apaixonados deitam e rolam. Mas a fórmula “deitar e rolar” pode significar ainda derrotar sem dificuldades ou tirar proveito. Santos abriu mão dessas interpretações e usou a expressão literalmente, referindo-se ao arrastar-se pelos campos da Itália de fuzil na mão. Por outro lado, como ele intuía que não somente passara o período do entrudo fora do Brasil, mas que vivera em um tipo diferente de carnaval, sua dicção sugere que conseguira “*enrolar*”, ou seja, ludibriar alguém ou fingir realizar bem um serviço.

¹⁴ Foram encontrados dois veteranos com esse nome. Um deles, citado pelo jornal *O Globo*, faleceu em 1956, deixando a família na miséria (http://www.anvfeb.com.br/olg_viuvas_esquecidas.htm). Outro morreu em 1990 (http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030402/pri_tmd_020403_139.htm), tendo sofrido por 45 anos os traumas psicológicos da guerra.

Em seu alheamento inicial, o cabo da FEB achava engraçado ouvir *Tedeschi portare via* ou *Tedeschi hanno portato via* (os alemães levaram embora). Mas a expressão era amiúde usada à maneira de um lamento, fato referido por muitos veteranos da FEB, como o tenente Oliveira Fonseca: “[...] *Tedeschi portare via tutto, bicicletta, machine, uova* [...]” (2001: 60).¹⁵ Os invasores carregaram consigo alimentos, objetos de valor e homens, levados para serem mortos ou fazerem trabalhos forçados. Embora verdadeira, a frase também era muito usada pelas moças do *rendez-vous* para justificarem-se aos estrangeiros.

Inserindo-se naquele contexto, o soldado brasileiro passou a perceber a guerra como uma perigosa confusão, na qual trocavam-se tiros em vez de travarem-se batalhas de confete e serpentina. Ao invés de dançar, quando ouvia o ronco do canhão (e não da cuíca) ele saltava de banda para salvar a própria vida. Mais tarde, próximo ao fim do conflito, os refugiados que ficavam pelas vilas passaram a avisar: “[...] *Niente tedeschi, andaranno via* [...]” (idem: 176). Quando finalmente os alemães bateram em retirada, blocos de mulheres e crianças soltaram o grito que ficara tanto tempo preso na garganta: *Tedeschi andare via... Tedeschi andare via...* E pelas ruas, com elas, ia o músico.

A canção impressiona pela depuração das informações nela contidas, sendo sintética mesmo ao repetir versos. Assim como os aviadores haviam feito anteriormente, o cabo Santos ligou “guerra” a “carnaval”, porém não de forma temática, mas estrutural. Ele poderia ter composto um samba sincopado (como “Sem compromisso” ou “Acertei no milhar”), modelo à época para as canções não estróficas que desfiavam as histórias do pessoal da malandragem. Ou uma embolada, como a “Sinhá Lurdinha” de seu irmão de armas (ver a nota nº 13). Mas a obra se edificou como marchinha, e essa escolha não foi aleatória.

Uma explicação vem facilmente à mente: seus quatro tempos lembrariam outras marchas mais condizentes com um assunto militar, pois o samba, apesar dos sucessivos desfrutes, seria durante muito tempo ainda considerado a voz dos sem voz. Mas o compositor foi mais complexo. Se a “ordem” carnavalesca prega o afrouxar efêmero dos valores, essa acepção foi sendo paulatinamente esvaziada a partir da institucionalização da folia no Brasil. Santos criticou o apaziguamento do sentido

¹⁵ Ver: <http://www.scribd.com/doc/6715770/Uma-Face-Da-Gloria-Reminiscencias-e-Diario-de-Campanha>.

transgressor do carnaval com uma marchinha, veículo musical muito utilizado à época para a legitimação do sistema. E apresentou nela uma “paródia” desprovida de original artístico, ou melhor, cujas matrizes eram realidades parodiais por natureza. “Tedeschi...”, portanto, não se refere a um carnaval, mas a dois. O que perdera o sentido depois que se amansara e, inversamente, aquele que a guerra, revelando-se, exibia, ao semear confusão para colher reorganização.

A tomada de consciência do cabo José Pereira dos Santos, ao contrário do acontecido com a maioria dos veteranos, não se deu em consequência dos descasos ou dos maus tratos infringidos pelo exército, pelo poder público ou pela sociedade. Deu-se na Itália quando percebeu que vivera em uma situação de barbárie planejada e que participara do desfile da alforria de um povo. Sua história não se conformou em um discurso lógico fixado em diários, mas em uma obra de arte gravada em acetato, uma canção que exhibe mais do que memórias da experiência da guerra, pois ilumina sua gênese enquanto realiza sua crítica. A interpretação dada à *marchinha marcial brasileira* revela um músico plenamente integrado à música e ao ambiente, que equilibra performance instrumental e emissão vocal, cantando em duas línguas descontraidamente. Esse som emerge de uma verdade malandra, explicitada pelo jeito de compor, tocar e cantar de um arlequim brasileiro com pé de trincheira.

Bibliografia:

- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.
- FERRAZ, Francisco César Alves: *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. 2003. Tese (doutorado em História). São Paulo, USP.
- FONSECA, Luís F. Perdigão M. da. *Missão de Guerra: os expedicionários da FAB na guerra européia*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.
- GARCIA, Walter (Walter Garcia da Silveira Junior). “Diário de um detento”: uma interpretação. In: NESTROVSKI, Arthur (Org.). *Lendo música: dez ensaios sobre dez canções*. São Paulo: Publifolha, 2007, p. 179-216.
- GONÇALVES, José; MAXIMIANO, César Campiani. *Irmãos de armas: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial*. São Paulo: Códex, 2005.

- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. *Vozes de Londres: memórias brasileiras na BBC*. São Paulo: Edusp, 2008.
- LIMA, Rui Moreira. *Senta a pua!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- MAB (MUSEU DE ARTE BRASILEIRA). *Segunda Guerra Mundial: o Brasil e Monte Castelo. Por quê? Como? Pra quê? Memória do Exército Brasileiro e do Jornal do Brasil*. São Paulo : MAB-FAAP, 2005 (Catálogo de exposição, de 1 a 30 de outubro de 2005. Coordenação geral de Maria Izabel Branco Ribeiro; Curadoria de Sergio Roberto Dentino Morgado).
- MAXIMIANO, César Campiani. *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*. 2004. Tese (Doutorado em História) São Paulo, USP.
- NEVES, Luis Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica*. 1992. Dissertação (mestrado em História). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ.
- SCHNAIDERMAN, Boris. *Guerra em surdina: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar [1977]. In: _____. *Ao vencedor, as batatas*. São Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2000, p. 11-31.
- _____. Nacional por subtração. [1986] In: _____. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29-48.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Expressão e Cultura, 2001.
- UDIHARA, Massaki. *Um médico brasileiro no front: diário de Massaki Idihara na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Hacker/Narrativa um/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – Museu da Imigração Japonesa, 2002.

Mudanças e permanências: a polêmica sobre o destino da Casa da FEB

Patrícia Ribeiro*

Resumo:

O artigo tem como principal objetivo rever a trajetória da Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ), também conhecida como Casa da FEB - localizada à Rua das Marrecas nº 35, Lapa, RJ - enquanto uma instituição de *guarda de memória*, desde a sua fundação em 1963. No presente momento, sua existência se encontra ameaçada em função da falta de interesse por parte da iniciativa pública e privada e do acelerado processo de dilaceração do grupo, já em idade avançada, a maioria entre 80 e 90 anos. A Casa da FEB, marcada inicialmente pela necessidade dos ex-combatentes de se organizarem por conta própria para prestar assistência social e auxílio jurídico às viúvas e às famílias de seus membros, foi, à medida que eles envelheciam, se configurando cada vez mais como um *lugar de sociabilidade* que deveria - ou pelo menos era esse o desejo - sobreviver à morte de seus associados, cumprindo a missão de garantir a perenidade da memória construída e consolidada pelo grupo, através do tempo. Neste sentido, torna-se imperativo investigar como os possíveis impactos dessa nova realidade podem vir a alterar significativamente os mecanismos de manutenção da memória preservada pelos ex-combatentes reunidos na Casa da FEB e, até mesmo, silenciar essa versão por eles construída.

Palavras-Chave: Casa da FEB; memória; ex-combatentes

Abstract:

The main goal of this paper is to review the trajectory of the National Association of FEB Veterans (ANVFEB/RJ), also known as House of FEB – sited in Marrecas Street no. 35, Lapa, RJ – as an institution of *guard of memory*, since its foundation back in 1963. Nowadays, its existence is threatened due to the lack of public and/or private interest and to the vanishing of the group of veterans, with ages between 80 and 90 years. The House of FEB, distinguished in the beginning for the necessity of veterans to organize themselves to provide social assistance and legal services to their widowers and families, eventually became, as they were aging, a *place to socialize* that should – or, at least, that was the veterans' desire – survive to the death of their members, accomplishing the mission to perpetuate the consolidated memory of the group. In this sense, it becomes utterly important to investigate how the possible impacts of this new reality may significantly alter the mechanisms of maintenance of the memory preserved by the veterans under House of FEB and, ultimately, silence this memory.

Keywords: House of FEB; memory; veterans

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - FGV/RJ, no qual desenvolve pesquisa sobre a preservação da memória da Força Expedicionária Brasileira com auxílio de bolsa da FAPERJ. E-mail: patricia.ribeiro@fgvmail.br

É importante começar destacando a iniciativa pioneira da comissão organizadora do I Seminário de Estudos sobre a FEB em promover esse encontro que, espero, seja o primeiro de muitos outros e possa estimular novas pesquisas inspiradas nas questões aqui debatidas. Gostaria, também, de registrar minha satisfação em participar do evento e, assim, ter a oportunidade de conhecer vários trabalhos sobre o tema que, até bem pouco tempo, era bastante carente de pesquisas no meio acadêmico. Ao realizar, no final da década de 1990, a pesquisa que deu origem à minha dissertação de mestrado¹ pude constatar que os trabalhos acadêmicos dedicados a essa área eram escassos e, em sua maioria, se detinham em analisar as relações internacionais que se desenvolveram durante a década de 1940 e os desdobramentos militares de nossa participação na II Guerra Mundial.² Ao lado desta produção, existia, é bem verdade, uma vasta lista de obras memorialísticas – escritas, em grande parte, pelos próprios ex-combatentes e com pouca circulação – e que apenas mais recentemente vem recebendo o investimento que merece. A maioria dos livros relata o cotidiano da guerra e é de autoria de oficiais, embora também existam, em menor número, as produzidas por praças.³ No entanto, nos últimos dez anos, essa situação vem se modificando e o tema tem ganhado fôlego dentro do meio acadêmico. A realização deste seminário, com tantos pesquisadores apresentando variados estudos sobre a FEB, revela uma mudança significativa deste campo historiográfico que conta atualmente com diversos trabalhos acadêmicos.⁴ E, se tem alguma coisa que podemos lamentar nessa mudança, é que exatamente neste momento em que os acadêmicos têm visitado com mais frequência o tema da FEB, os ex-combatentes já estão no final de sua trajetória.

Passados 64 anos do término da II Guerra Mundial, o acelerado processo de dilaceração do grupo, já em idade avançada, a maioria entre 80 e 90 anos, é uma ameaça permanente à manutenção da memória que desejam preservar através de suas

¹ Na qual procurei reconstruir a história da memória dos ex-combatentes da FEB através de entrevistas de história de vida realizadas na Casa da FEB. (RIBEIRO, 1999).

² Entre eles, destacam-se os dos seguintes autores: MOURA (1991), que se detém nas negociações internacionais que precederam a origem da FEB; NEVES (1992), que se dedica à análise mais detalhada do processo histórico de formação da FEB; GAMBINI (1977), tratando dos principais aspectos da política externa brasileira desde a década de 30 até o fim da II Guerra Mundial; e, finalmente, SEITENFUS (1985), sobre a conjuntura política, econômica e social que levou ao Brasil a se envolver na guerra.

³ Dentre estes, são poucos os textos que alcançam uma projeção significativa em meio à literatura de guerra, com destaque para: ARRUDA (1949), que reúne depoimentos de oficiais desmobilizados após a guerra e guarda um forte caráter crítico em relação ao Exército; MORAIS (1947), que apresenta uma visão dos acontecimentos bastante distinta do citado anteriormente; e SILVEIRA (1989), que enfatiza os antecedentes que levaram o Brasil a se envolver na guerra e os “erros” na organização da FEB.

⁴ Como os produzidos por: FERRAZ (2003); MAXIMINIANO (2005) e COSTA (2006).

associações. Principalmente nos últimos dez anos, uma preocupação constante entre eles tem sido: o que fazer com as associações de ex-combatentes, principais lugares de guarda dessa memória, quando os últimos associados morrerem? Em 1996, quando fiz minhas primeiras visitas à Casa da FEB, essa dúvida já era motivo de angústia entre os associados e com o tempo ela só se agravou. A questão é pertinente e necessita de uma solução em curto prazo, já que existem várias associações de ex-combatentes espalhadas por todo o Brasil e todas elas enfrentam, em maior ou menor grau, o mesmo problema. Não tenho, aqui, a pretensão de tratar de todas as associações espalhadas pelo país – o que demandaria um investimento muito maior de tempo diante da diversidade que esse conjunto apresenta – mas, sim, de um caso recente que foi o fechamento da Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ), também conhecida como Casa da FEB, localizada à rua das Marrecas nº 35, bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.

De acordo com a ata da Assembléia Geral da associação realizada no dia 30 de abril de 2008, a Casa da FEB foi fechada em virtude de sua exaustão financeira, decorrente do envelhecimento e conseqüente drástica redução do seu Quadro de Associados, e, principalmente, de não haver recebido qualquer ajuda financeira dos Poderes Públicos da República.⁵ Enfim, depois de muitas tentativas para manter a Casa da FEB aberta, sua direção decidiu dispensar os funcionários no final de maio de 2008 e suspender, temporariamente, a partir de 1º janeiro de 2009, suas atividades, mantendo apenas, no mínimo necessário, o funcionamento da secretaria, tesouraria e contabilidade. A expectativa era de que, nos próximos meses, fosse possível encontrar alguma solução para os problemas que a associação vinha enfrentando. Ainda no final do mês de janeiro, uma parte do problema parecia estar resolvida. Depois de longo processo de negociação entre a diretoria da associação e o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), foi comunicada, em 27 de janeiro de 2009, a transferência do acervo da Casa da FEB para o Museu Militar Conde de Linhares (MMCL), localizado em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. O acordo⁶ estabelecia a adoção de algumas medidas envolvendo o DECEX e a diretoria da Casa da FEB. O DECEX, com a ajuda de recursos oriundos do Ministério da Defesa, seria responsável pela construção, no museu, de uma segunda sede da Casa da FEB para abrigar o acervo. A diretoria da associação, por sua vez, aguardaria que o Ministério

⁵ Disponível em <<http://www.anvfeb.com.br>>. Acesso em 18 jun 2009.

⁶ Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/05notic/Informex/2009/esclar1.htm>>. Acesso em 16 jun 2009.

Público aprovasse pequenas alterações em seu estatuto para transformá-la em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de acordo com a Lei 9.790 de 1999, permitindo, assim, o apoio financeiro por órgãos públicos. A sede da associação, na Rua das Marrecas, continuaria disponível para abrigar a direção e o restante do espaço seria liberado para locação, gerando recursos próprios. Enfim, passados 46 anos de sua fundação, a Casa da FEB teria novo endereço.

A notícia sobre o fechamento da Casa da FEB e a possível transferência de seu acervo para o MMCL foi amplamente divulgada por órgãos de imprensa e na rede mundial de computadores⁷ mas, convém ressaltar, essa decisão foi, e ainda tem sido, motivo de controvérsia e cisão entre os associados. Se para alguns deles a criação de uma nova sede da Casa da FEB no museu é a única alternativa para preservar o acervo, para outros a mudança implica uma descaracterização da associação como um lugar de memória fundamental na definição da identidade do ex-combatente. O episódio culminou com a saída, em meados do mês de maio de 2009, dos membros da diretoria que negociaram com o DECEX a transferência do acervo para o museu. A atual direção, que está exercendo suas funções em caráter provisório, se opõe a essa mudança e tenta buscar alternativas para revitalizar a Casa da FEB. Faz-se necessário levantar aqui uma questão pertinente sobre as disputas travadas no campo das memórias da participação da FEB na II Guerra Mundial: por que essa resistência de parte dos associados em confiar suas memórias à guarda do Exército a despeito de todas as dificuldades que são reconhecidas?

A solução proposta para a revitalização da Casa da FEB seria ampliar o número de associados, permitindo que pessoas interessadas – civis ou militares – na sua preservação pudessem contribuir com o pagamento da mensalidade, atualmente fixada no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), na condição de sócios especiais, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação da associação.⁸ Embora se oponha à transferência do acervo, a atual direção pretende dar continuidade à estratégia de transformar a associação em uma OSCIP obtendo, assim, uma segunda fonte de lucro para a

⁷ Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL463446-5601,00-ex-combatentes+da+FEB+fecham+museu+e+associação.html>>. Ver também <<http://www.veteranos.org.br/>> e <<http://cobrafumando.wordpress.com/2008/12/29/o-fim-da-anvfeb-depois-de-45-anos/>>. Acesso em 16 jun 2009.

⁸ Vale destacar que essa estratégia, que já havia sido adotada pela associação nos últimos meses de funcionamento com pouco êxito, foi, a partir de maio, enfatizada através de uma ampla campanha de divulgação para o público em geral como a principal saída para preservação da memória e do acervo da Casa da FEB.

manutenção da Casa da FEB. A intenção era de que, até o final de 2009, se realizem eleições para a indicação de uma nova direção, composta por sócios especiais, que assumiria suas funções a partir de 2010. Segundo os membros da direção, alguns desses novos sócios já manifestaram interesse em assumir tal tarefa, o que é cada vez mais difícil para os ex-combatentes originalmente associados à Casa da FEB em função dos problemas de saúde decorrentes do envelhecimento⁹. A missão primordial dos membros que hoje ocupam os cargos de direção da associação é organizar essa transição através da convocação de eleições, da inscrição das possíveis chapas candidatas e da administração do processo eletivo.

Sendo assim, podemos perceber que, independentemente de qual seja o destino da Casa da FEB, essa polêmica evidencia tanto os obstáculos enfrentados pelos ex-combatentes no presente – momento em que atingiram seu ponto mais crítico na vida – ,como as estratégias que se apresentam para a sobrevivência de sua associação e de sua memória. E, mais grave que isso, revela uma indefinição na trajetória da associação que pode silenciar a memória daqueles que a mantiveram em funcionamento até agora. Diante da importância do episódio, minha proposta neste artigo é refletir sobre os possíveis impactos dessas mudanças nos mecanismos de manutenção da memória construída na associação pelos ex-combatentes. Quais medidas estão sendo adotadas para superar esse problema? Elas serão eficazes na tarefa de atender aos anseios dos ex-combatentes no sentido de preservarem “sua” memória para as gerações futuras? Não pretendo trazer muitas respostas, uma vez que essas mudanças ainda estão em curso e por isso ainda não se podem afirmar com muita clareza seus desdobramentos. Mas, podemos levantar algumas questões, até mesmo porque entre os próprios ex-combatentes não há consenso sobre os melhores rumos a tomar.

Para entender a centralidade da Casa da FEB na preservação da memória dos ex-combatentes é necessário conhecer sua história. A primeira associação de ex-combatentes organizada no Brasil chamava-se Associação de Ex-combatentes do Brasil e foi criada apenas três meses após o retorno da FEB ao Brasil, ou seja, em outubro de 1945. Tinha como sede o Silogeu Brasileiro, situado na avenida Augusto Severo nº 4, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro, e, como presidente, o filho do chanceler

⁹ A informação foi obtida em conversa informal durante o I Seminário de Estudos sobre a FEB, em 15 de junho de 2009, no IFCS (UFRJ), no qual alguns membros da direção estiveram presentes.

Oswaldo Aranha¹⁰, Oswaldo Gudolle Aranha, que serviu, na condição de cabo, na artilharia da FEB. Mas, devido ao envolvimento de alguns membros da direção dessa associação com forças políticas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), Oswaldo Gudolle Aranha, renunciou à presidência. Em 1947, Humberto de Alencar Castelo Branco¹¹ assumiu o cargo. Muitos vieram depois dele e, com o passar do tempo, cresceram as dificuldades para manter a associação apartidária e coesa. Assim, em 1963, a Associação de Ex-combatentes do Brasil se dividiu. Um grupo dissidente fundou o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália, cuja sede foi construída em um casarão da rua das Marrecas, nº 35, onde atualmente se localiza a Casa da FEB. A sede foi doada em comodato pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda.¹² Antes de se chamar ANVFEB, a associação passou ainda por duas alterações de nome. Em 1969, adotou o nome de Associação dos Veteranos da FEB e, em 1972, o nome atual. Mas, vale ressaltar que a Associação de Ex-combatentes do Brasil não se dissolveu, e sua sede se localiza atualmente na rua do Lavradio, nº 38, no centro do Rio de Janeiro, num prédio doado em 1954 pelo então ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha. As duas associações contam, ainda hoje, com núcleos espalhados por vários estados do Brasil. A principal diferença entre elas diz respeito ao fato de que na Associação de Ex-combatentes do Brasil eram aceitos todos os ex-combatentes que, de alguma forma, estiveram envolvidos no esforço de guerra – como determinado pela lei nº 616, também conhecida como Lei da praia¹³, que ampliou o conceito legal de ex-

¹⁰ Como Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, foi importante defensor da necessidade de uma política de solidariedade continental entre o Brasil e os EUA, frente aos perigos eminentes da guerra, enfrentando forte oposição da facção neutralista do governo Vargas, acusada de simpatizar com o Eixo e que incorporava, entre outros, os generais Eurico Dutra e Pedro Aurélio Góis Monteiro, respectivamente, ministro da Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército.

¹¹ Durante a II Guerra Mundial, o então tenente-coronel Humberto de Alencar Castelo Branco fez parte da Seção de Planejamento e Operações da FEB como membro do Estado-Maior da FEB na campanha da Itália e teve sua carreira alavancada no pós-guerra. No final de 1963, quando a suposta ameaça comunista, representada pela figura do então presidente João Goulart, se fazia insustentável na perspectiva norte-americana, os generais Castelo Branco, Oswaldo Cordeiro de Farias – comandante da artilharia da FEB – e Golbery do Couto e Silva – que serviu na FEB como oficial de inteligência estratégica e informações – formaram a linha de frente do movimento que derrubou o presidente e estabeleceu uma ditadura que durou 21 anos. Castelo Branco tornou-se o primeiro presidente do regime militar que se instaurou no país após 1964.

¹² Durante o processo de redemocratização do país, em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) apoiando a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência, e moveu forte campanha através dos jornais *Correio da Manhã* e, posteriormente, *Tribuna da Imprensa* – de sua propriedade – contra as forças políticas vinculadas ao getulismo.

¹³ Decretada em 2 de fevereiro de 1949, a lei alterou os artigos 1º e 6º da lei nº 288, de 8 de junho de 1948. De acordo com o art. 1º, os oficiais das Forças Armadas que serviram no teatro de guerra da Itália, ou tenham cumprido missões de patrulhamento, vigilância e segurança do litoral, e operações de guerra e de observações em qualquer outro teatro de operações definidas pelo Ministério respectivo, inclusive nas ilhas de Trindade, Fernando de Noronha e nos navios da Marinha de Guerra, que defenderam portos

combatentes. Já na Casa da FEB só eram aceitos como membros os ex-combatentes que estiveram no Teatro de Operações na Itália, ou seja, um grupo menor e que se entendia como, digamos, os “verdadeiros” ex-combatentes: os que participaram, de fato, da guerra no front europeu.

Antes de abrigar a Casa da FEB, o casarão da rua das Marrecas passou por uma grande reforma e foi transformado, com recursos levantados pelos próprios ex-combatentes, num pequeno prédio de cinco andares. No primeiro piso, ficava a portaria e o Museu do Ex-Combatente, que mantinha, em exposição permanente, armas, uniformes, bandeiras e outros equipamentos utilizados pelas tropas brasileiras na campanha da Itália, além de objetos que foram apreendidos dos alemães feitos prisioneiros. No segundo andar, ficava o Museu da Imagem e do Som, a biblioteca e um pequeno auditório, utilizado para as reuniões dos associados. Tanto o acervo do Museu da Imagem e do Som – onde encontramos, entre outros documentos, fotos, postais, correspondências e depoimentos gravados – quanto o da biblioteca – que conta com exemplares como diários, depoimentos e outras reminiscências produzidas por praças e oficiais, e também com obras consagradas sobre a FEB, como aquelas produzidas pelo alto comando – foi formado, em grande parte, pela documentação doada pelos próprios associados. O terceiro andar ficou reservado ao lazer dos associados. O grande salão foi dividido em dois ambientes: uma sala de jogos, em outros tempos muito freqüentada pelos parceiros do carteadado, e uma sala de convivência, onde alguns deles se reuniam assiduamente para conversar sobre todas as coisas, e, é claro, relembrar episódios da guerra. O resultado dessa prática era uma permanente (re)construção e atualização da memória preservada pelo grupo. No quarto andar encontra-se o setor de assistência social e jurídica. A Casa da FEB, durante toda a sua existência, prestou auxílio às viúvas e às famílias de ex-combatentes, esclarecendo dúvidas e orientando sobre os procedimentos que deveriam ser adotados. De todas as seções da Casa da FEB, essa sempre foi a mais freqüentada pelos associados, mesmo aqueles que não tinham o hábito de comparecer aos encontros semanais ou participar dos eventos promovidos

nacionais em zonas de operações de guerra, passaram a ser considerados ex-combatentes. Assim, quando fossem transferidos para a reserva remunerada, ou reformados, esses oficiais seriam previamente promovidos ao posto imediato, com os respectivos vencimentos integrais. Posteriormente, em 12 de setembro de 1967, foi instituída a lei nº 5.315 regulamentando o art. 178 da Constituição do Brasil que dispõe sobre os ex-combatentes da II Guerra Mundial, definindo os termos nos quais poderiam comprovar legalmente sua condição.

pela associação, quer por motivos de doença, quer por falta de interesse. No quinto e último andar, encontramos o setor administrativo e a sala da direção.

A alta frequência dos ex-combatentes ao setor de assistência indica o quanto se sentiram desamparados após a desmobilização da FEB e como foi problemática essa fase de readaptação social. A tentativa de suprir essa carência foi um dos principais objetivos da fundação da Casa da FEB, assim como da maioria das associações deste tipo. Mas ele não foi único. A necessidade de criar uma entidade que representasse seus interesses junto às autoridades competentes, e que, ao mesmo tempo, fosse também uma referência para criar e reforçar a identidade de ex-combatente preservando sua memória, foi outro objetivo que impulsionou a proliferação das associações pelo país. Após a traumática desmobilização das tropas no retorno ao Brasil, eles se depararam com dois grandes desafios: a rearticulação do grupo dispersado após o desembarque e a construção de sua nova identidade, baseada no binômio combatente/ex-combatente. Assim, na medida em que passava o tempo e que se somavam conquistas de benefícios assegurados por lei, a associação foi se configurando cada vez mais como um *lugar de sociabilidade* fundamental para a preservação da identidade do grupo, sendo a guardiã de sua memória.

Os motivos que levaram o governo a promover essa desmobilização envolvem desde questões políticas, como a ameaça que representava à continuidade do Estado Novo (1937-1945), até questões militares, que dizem respeito às dificuldades operacionais de incorporação do efetivo da FEB. Com o curso da guerra e o retorno das tropas, a manutenção da política interna ditatorial ficava insustentável. O final da guerra trazia, para o governo, a certeza de que a redemocratização era inevitável e que o retorno da FEB ao país contribuiria para acelerar este processo. A FEB passou a ser, então, uma espécie de presença indesejada para a ditadura varguista e também para o Exército, projetando lideranças, criando áreas de tensão interna, ou seja, conturbando a hierarquia militar em um momento evidentemente delicado no plano político. A desmobilização efetiva das tropas acabava, em parte, com estas questões. Mas, para além das razões que levaram à desmobilização, cabe chamar a atenção para a conduta do governo nesse episódio. A maneira como as tropas foram rapidamente desmobilizadas e os desdobramentos desse ato causaram profundos ressentimentos entre os ex-combatentes.

Passada a euforia do desfile apoteótico após o desembarque das tropas da FEB no Brasil, os ex-combatentes foram obrigados a enfrentar uma longa lista de decepções, que começou com a proibição do uso do uniforme da FEB e o descaso na entrega das medalhas e condecorações. Mas, esses foram apenas os primeiros eventos que amargaram a vida dos ex-combatentes nos anos do imediato pós-guerra. Após a desmobilização da FEB, apenas os oficiais puderam optar por permanecer nos quadros do Exército; aos soldados e cabos não foi oferecida essa possibilidade¹⁴. Justamente esses, que talvez fossem os mais interessados em seguir a carreira militar em função da estabilidade profissional que ela poderia oferecer, foram obrigados a retornar à vida civil. Ainda profundamente abalados pela experiência da guerra, enfrentavam uma dupla rejeição: o Exército os tinha dispensado e a sociedade também não estava preparada para recebê-los. E se, para os ex-combatentes civis, esse período foi especialmente difícil porque, entre outras coisas, não conseguiam emprego, sofriam com as sequelas da guerra e com o atendimento médico precário, para aqueles oficiais que optaram em seguir a carreira militar o pós-guerra não foi menos traumático. A hostilidade com que foram recebidos pelos militares não-febianos, a tentativa de desestimulá-los a permanecer no Exército designando-os para unidades militares bastante distantes de suas casas e as resistências que encontraram na progressão da carreira militar, foram obstáculos que não favoreceram em nada sua readaptação. Desta forma, era fundamental rearticular o grupo e construir uma nova identidade, fundada em sua memória da guerra, que possibilitasse um tipo de reintegração à sociedade. As emoções que foram experimentadas intensamente durante a guerra não podiam ser esquecidas ou sufocadas, pois já faziam parte da trajetória de vida destes homens, transformando para sempre suas visões de mundo. É preciso levar em conta que, antes da guerra, a maioria deles desempenhava funções variadas, ligadas ou não ao universo militar, mas nem sequer cogitavam a possibilidade de se envolverem no episódio. Com a entrada das tropas brasileiras no conflito, tiveram que assumir uma nova identidade imposta pela situação de guerra: a de combatentes. Certamente isso não anulava suas experiências anteriores, mas influenciaria definitivamente a forma de encará-las. Após a experiência da guerra, muitas convicções são revistas, adquirem novos significados, são banidas ou enfatizadas. É um momento de reflexão e descoberta em que os indivíduos

¹⁴ O aviso ministerial nº 217-185, de 6 de julho de 1945, estabeleceu as medidas que instruíram a desmobilização da FEB.

precisam conjugar os elementos que compunham suas “identidades anteriores” para, assim, construir outra identidade, conforme sua nova realidade de ex-combatente.

Desta forma, podemos dizer que a desmobilização é o grande marco na trajetória dos ex-combatentes e na própria história das associações. É ele que faz a passagem entre a condição de combatente e ex-combatente; no caso, uma passagem traumática, como o fora a guerra. A criação da Casa da FEB se apresentava, assim, como uma solução que atenderia, a um só tempo, aos anseios emocionais – ao promover a integração social entre os ex-combatentes – e aos anseios materiais – providenciando, na medida do possível, empregos para os ex-combatentes civis, orientação jurídica ou atendimento médico e psiquiátrico para os companheiros necessitados – com a intenção de promover sua readaptação à sociedade, já que nem o Exército nem o governo se mobilizaram o suficiente para isto. Apesar de terem empreendido algumas tentativas, como a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA), criada em 1945 e fechada nos anos 70, e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, elas não foram eficazes na tarefa de readaptar os ex-combatentes (FERRAZ, 2003).

Assim, podemos concluir que as associações de ex-combatentes foram criadas, em parte, para suprir a ineficiência dos órgãos que deveriam promover essa reintegração. E que, portanto, a criação e manutenção da Casa da FEB foi fruto primordial do empenho e dedicação dos próprios ex-combatentes. Durante a pesquisa do mestrado, os ex-combatentes entrevistados afirmavam com orgulho que a Casa da FEB havia sido fundada por iniciativa do próprio grupo, sem interferência ou participação do Exército. Ainda que seja necessário relativizar essa afirmação, uma vez que parte do acervo que compõe o Museu do Expedicionário foi doada pelo Exército, que em outros momentos também prestou auxílio à Casa da FEB, não se pode desconsiderá-la. É fundamental avaliar o que essa “ajuda” representa efetivamente diante de um esforço coletivo de mais de 60 anos de dedicação dos ex-combatentes à Casa da FEB. Também não se pode esquecer que em tantas outras situações as solicitações da associação não foram atendidas, especialmente durante a difícil fase de readaptação à sociedade, quando os ex-combatentes mais precisavam de auxílio. Talvez isso explique, em alguma medida, o fato de que, nessa época, as associações tiveram um caráter mais combativo nas lutas por amparo material e reconhecimento público dos ex-combatentes, e com o passar do tempo, principalmente após os benefícios previstos nas

Constituições de 1967 e 1988¹⁵, essa combatividade foi dando espaço a uma tendência mais conciliatória nas relações com o Estado e o Exército, que são, em parte, explicadas pelo passar do tempo.

Vale ressaltar que, apesar da direção da associação manter relações amistosas o Exército, elas não são isentas de tensões. Justamente por isso, ao afirmarem que o Exército não tem nenhuma ligação com a associação, os ex-combatentes não estão querendo impor uma ruptura. Nem poderiam, uma vez que é no seu envolvimento com o Exército que, em grande parte, é construída sua identidade ex-combatente. Isso é válido, em especial, para aqueles que se encontram reunidos na Casa da FEB, indicando a centralidade da experiência de guerra em suas trajetórias. Convém destacar que essa tensão não se limita às relações “mais objetivas” entre o Exército e a associação; ela se reproduz no campo das memórias sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial. As negociações que se travam nesse campo são marcadas pelas disputas entre – o que poderíamos chamar de – versão institucional, na medida em que é consolidada pelo Exército, e a versão dos ex-combatentes, preservada pela Casa da FEB. Mas, ainda assim, cabe ressaltar que também essas versões, internamente, não se constroem sem conflitos. Neste sentido, as disputas no campo das memórias sobre a FEB ocorrem não apenas entre as versões do Exército e dos ex-combatentes, mas, especificamente, dentro delas. Isso fica visível, principalmente, quando consideramos as distinções entre ex-combatentes civis e militares e sua posição na hierarquia militar. A construção dessas memórias dependerá, como era de se esperar, de suas experiências pessoais, com destaque para as vividas durante a guerra. Em geral, as críticas ao Exército variam de acordo com o posto que o ex-combatente ocupa ou ocupou. É preciso levar em conta também, que a hierarquia militar impõe certos constrangimentos de ação devido à necessidade de submissão a regras e, em alguns casos, ao abuso de autoridade, criando insatisfações. Assim, a graduação militar do indivíduo altera, não apenas a natureza de suas críticas, mas sua intensidade.

Desta forma, fica evidente que tratar a memória sobre a guerra como um todo indivisível é um equívoco teórico-metodológico. A memória de um grupo não é um núcleo indiviso que se mantém isolado de determinado contexto social, mas um

¹⁵ Entre os quais podemos destacar: estabilidade no serviço público; aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade; aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico; assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos; prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuem ou para suas viúvas ou companheiras e em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente.

processo contínuo, construído no decorrer do tempo histórico. As memórias são múltiplas, porque variam, não apenas em função das experiências individuais, mas, também, de acordo com o tempo presente. No caso das memórias sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial, ignorar essa multiplicidade implicaria em construir uma história equivocada da memória dos ex-combatentes, e dela perder o elemento propulsor: o debate entre as versões (RIBEIRO, 1999).

Certamente, o processo de negociação entre as memórias é complexo e escapa a qualquer tipo de explicação simples e definitiva. No entanto, podemos afirmar que, se em alguns pontos estas memórias se apresentam socialmente “divididas” (PORTELLI, 1996) – como no caso da avaliação que diversos atores sociais envolvidos nos episódios de mobilização e desmobilização da FEB fazem do comando militar e do Estado –, em outros elas se aproximam – como no caso das conquistas da FEB no front italiano. Assim, se, por um lado, percebemos que elas coincidem, porque exaltam, com a mesma intensidade, os feitos e a bravura do soldado brasileiro nos campos de batalha, por outro, notamos que elas são também “memórias divididas”, tendo sentidos distintos e conflitantes.

A polêmica sobre o destino da Casa da FEB se constitui, assim, num evento privilegiado para a análise dos debates que se desenvolvem no campo das memórias sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial, na medida em que revela, claramente, embora passados tantos anos, essas tensões. Se, por um lado, a transferência do acervo da Casa da FEB para o museu poderia garantir a sobrevivência da memória preservada pela associação, por outro, ela poderia, igualmente, ocasionar o seu silenciamento. A transferência “física” da guarda de memória é vivida como a morte do trabalho de construção da versão memorial em disputa com o Exército. Tais reflexões nos permitem levantar algumas questões sobre os efeitos das possíveis mudanças nos processos de manutenção dessas memórias.

Em primeiro lugar, a transferência do acervo, se concretizada, estaria longe de representar apenas um deslocamento geográfico. A criação de uma nova Casa da FEB poderia ser encarada, ao mesmo tempo, como um marco de mudança e permanência na história da associação. Se, por um lado, podemos dizer que haveria mudança na medida em que a concretização do projeto de preservar o acervo da Casa da FEB seria viabilizada pela aproximação mais recente entre o Exército e a direção da associação – diferentemente do que aconteceu na época de sua fundação –, por outro, haveria

também permanência, uma vez que a associação, seu acervo e sua memória foram construídos por iniciativa dos próprios ex-combatentes, independentes do apoio do Exército ou de outros órgãos públicos. Em segundo lugar, ainda que a preservação do acervo sobreviva de alguma maneira ao fechamento da Casa da FEB e à morte dos ex-combatentes, é inegável que o “espírito” da associação fatalmente se perderá, segundo parte deles. São esses homens que dão vida a ela, transformando aquele espaço de convivência em uma memória viva dos tempos da guerra. Seu empenho e dedicação dificilmente serão repetidos com a mesma intensidade. Decorrem dessa algumas outras questões que dizem respeito ao tratamento arquivístico que o acervo receberia no museu. É fundamental observar que, entre as diversas práticas de arquivamento, destaca-se o que poderíamos chamar de intenção autobiográfica (ARTIÈRES, 1998). Isso equivale a dizer que essas práticas não são neutras e nos permitem fundar, através da consolidação de memórias, mecanismos de resistência. Nesse sentido, a constituição do acervo da Casa da FEB deve ser encarada como a escrita de uma autobiografia coletiva, na qual o acervo representa a própria materialização da memória preservada pela associação, conferindo-lhe extrema importância no projeto de eternizar essa versão. Seria possível, devido às condições de alocação e conservação do material, respeitar sua organização original? Qual seriam a importância e, principalmente, o significado que o museu atribuiria a esse acervo? Vale ressaltar que, em se tratando de uma instituição destinada à preservação da memória militar, na qual é muito recorrente uma visão nacionalista e exaltadora de seus heróis, o museu, ao receber esse acervo – notadamente de cunho memorialístico – daria “voz” às memórias dos ex-combatentes independentemente das críticas que pudessem apresentar? Para concluir, é importante lembrar que a possibilidade de criação de uma nova sede para a Casa da FEB poderia resolver o problema da preservação do acervo sobre a FEB na II Guerra Mundial, mas isso não garantiria a perenidade da memória preservada pela associação. Todos que já tiveram a experiência de mudar de casa hão de reconhecer que esse é um processo que envolve o ganho de novos elementos, mas também a perda de outros que ficam para trás. É necessário um tempo para se reacomodar, para se sentir em casa outra vez – o que em algumas vezes nunca chega a acontecer. Resta a dúvida se isso seria possível no caso desses ex-combatentes, seja pela imposição do tempo, seja pelas inúmeras dificuldades inerentes a qualquer processo de readaptação.

Bibliografia

- ARRUDA, Demócrito C. et al. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Cobraci, 1949.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.
- COSTA, Márcio B. *A memória entre duas guerras: uma história da memória dos veteranos da FEB*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.
- FERRAZ, Francisco C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da FEB (1945-2000)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GAMBINI, Roberto. *O duplo jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo*. São Paulo: Símbolo, 1977.
- MAXIMINIANO, César C. *Trincheiras da memória: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945*. 2005 Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MORAIS, J. B. Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Ipê, 1947.
- MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- NEVES, Luis Felipe da S. *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- RIBEIRO, Patrícia da S. *As batalhas da memória: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930 - 1942: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- SILVEIRA, Joaquim X. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

As Conseqüências da Guerra da Tríplice Aliança na Definição da Identidade Brasileira*

Luís Cláudio Villafañe G. Santos**

Resumo:

As dificuldades enfrentadas pelo Império brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) mostraram os limites de uma sociedade escravista para mobilizar, tanto seus escravos quanto sua população livre em um conflito bélico. A guerra contra o Paraguai foi um ponto de inflexão na trajetória do nacionalismo brasileiro ao desnudar o anacronismo das relações sociais e estruturas ideológicas do Império.

Palavras-chave: Brasil. Nacionalismo; Militares; Guerra do Paraguai.

Abstract:

The problems faced by the Brazilian Empire during the Paraguayan War showed the limits of a slave society to mobilize, be her slaves, be her free population, in a military conflict. The War was a turning point in the trajectory of Brazilian nationalism in revealing the anachronism of social and ideological structures of the Empire.

Key-words: Brazil. Nationalism; Military; Paraguayan War.

Introdução

Em texto já consagrado, José Murilo de Carvalho (1990) admitiu que, nos anos iniciais da República, ainda não existia no Brasil um sentimento de nacionalidade. O que havia era “alguns elementos que em geral fazem parte de uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e mesmo unidade política”. O ensaio de nacionalismo criado pela Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) “fora muito limitado

* Comunicação apresentada no Colloque “Guerres et identités dans les Amériques” à l’Université de Bretagne Sud, Lorient, 11-12 septembre 2008.

** Doutor e Mestre em História pela Universidade de Brasília. Possui estudos de pós-graduação em Ciência Política na *New York University*. Publicou diversos artigos em revistas especializadas na Argentina, Brasil, Estados Unidos e Uruguai. É autor, entre outros, dos seguintes livros: *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia – 1822/1889*. Curitiba: UFPR, 2002 (traduzido para o espanhol em 2007) e *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o Interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: UNESP, 2004. É pesquisador associado ao Instituto Rio Branco (Brasília) desde 2002. Professor visitante na Universidad Andina Simón Bolívar (Quito). E-mail: l_c_villafane@yahoo.com.

pelas limitações impostas pela presença da escravidão”.¹ De fato, a trajetória percorrida para a consolidação de um sentimento nacionalista – como principal vínculo emotivo entre os brasileiros e base de sustentação política do Estado – estava ainda em sua fase inicial. Havia, já desde várias décadas, uma unidade política autônoma, reconhecida internacionalmente, chamada Brasil, mas seus habitantes eram oficialmente súditos do imperador. Havia, certamente, um sentimento de patriotismo que, nas quase sete décadas do Império, foi progressivamente estendido das “pequenas pátrias” para uma idéia de pátria que englobasse todo o vasto território do Império. Mas, era impossível imaginar esse Estado territorial como uma “comunidade imaginada”, como ficou cruamente demonstrado na incapacidade de mobilizar a população para defender essa “nação” excludente, hierárquica e elitizada, mesmo diante da invasão do território pátrio por um inimigo externo.

A Guerra da Tríplice Aliança teve, no entanto, um papel crucial na consolidação do nacionalismo brasileiro, entendido no sentido de comunidade imaginada proposto por Anderson.² O conflito serviu de ponto de inflexão a partir do qual desmoronou rapidamente o arcabouço ideológico que sustentava o Estado brasileiro em bases ainda pré-nacionalistas e, em especial, deixou claro o anacronismo de importantes facetas da sociedade brasileira de então, ainda fiel ao mundo de idéias do Antigo Regime. A Guerra da Tríplice Aliança mostrou sem disfarces, por exemplo, a inadequação das práticas de recrutamento e a escassa capacidade mobilizadora do Estado imperial. Mesmo enfrentando (com o auxílio do Uruguai e da Argentina) um oponente com uma população e recursos muitas vezes menores, a vitória contra o Paraguai exigiu cinco longos anos de conflito e impôs ao Tesouro um enorme déficit que se arrastou até o fim do Império. O regime construído em torno do imperador entrou em irreversível decadência e, poucos anos depois, estaria proclamada a república e seriam estabelecidas novas bases para a legitimação do Estado brasileiro.

Singularidade do processo de formação do nacionalismo brasileiro

Ao contrário de seus vizinhos, o Brasil não rompeu bruscamente com o imaginário e formas de sustentação política características do Antigo Regime. A vinda

¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 32.

da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, continuada pela opção pela monarquia, evitou que o Brasil – em contraste com a América hispânica – tivesse sido forçado a realizar a transição de colônia para nação moderna rompendo de um só golpe com o imaginário desenvolvido no período colonial, o qual, bem ou mal, conseguia manter integrado o complexo mosaico de grupos e relações cruzadas característicos do Antigo Regime colonial. As identidades culturais e as lealdades políticas na América colonial foram o resultado de um lento processo de transposição e adaptação do imaginário do Antigo Regime europeu às condições americanas. Esse processo ganhou em complexidade na medida em que “havia de unir, em uma mesma comunidade de afiliação, os descendentes dos conquistadores aos descendentes dos conquistados, assim como os diversos grupos étnicos provenientes da mescla entre europeus, indígenas e africanos”.³

A dissolução dos laços com a metrópole exigiu das elites *criollas* um grande esforço, também no plano ideológico, para dar algum sentido de unidade e coerência que pudesse substituir o mundo de crenças e compromissos construído em torno da idéia de filiação à Coroa espanhola. Os novos Estados americanos, desde sua fundação, buscaram legitimar sua existência a partir da idéia de ruptura com o universo ideológico do Antigo Regime: uma América que se distinguia da Europa por suas instituições. Em especial por seu republicanismo e, o que era uma novidade na época, pela utilização política da idéia de nação como fonte de legitimidade dos novos Estados. A criação de repúblicas das dimensões das Treze Colônias e dos antigos Vice-Reinados foi um fato político sem precedentes. Rompeu-se o consenso, estabelecido havia muito, de que não seria possível o funcionamento continuado de repúblicas maiores do que cidades-Estados.

Diversas nacionalidades foram “inventadas” a partir de bases mais ou menos sólidas, dependendo do caso, para legitimar Estados que surgiram, *grosso modo*, das antigas divisões administrativas da colônia, em um longo e penoso processo. Despir-se da identidade de súdito, ainda que americano, da coroa inglesa ou espanhola punha em questão toda uma ordem estabelecida. Se as hierarquias coloniais mostravam-se incômodas para as elites *criollas* americanas, rompê-las abria a possibilidade da perda de controle sobre as camadas subordinadas: escravos, mestiços, índios. Os

² ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

³ GUERRA, F. X. “La Nación Hispanica: el problema de los origenes”. In: GUACHET, M. et al (org.) *Nación y Modernidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997, p. 104.

acontecimentos do Haiti não passaram despercebidos. Não por acaso, os dois centros coloniais mais dependentes da mão-de-obra escrava, Brasil e Cuba, evitaram perturbar esse equilíbrio pela manutenção da monarquia, no primeiro, e do próprio domínio colonial, no segundo. A terceira grande zona de produção escravista, os estados sulistas da União americana, serviu de palco para o mais sangrento conflito da história do continente.

As nações americanas seriam, portanto, criadas em bases ideológicas que, se eram revolucionárias para seu tempo, tinham limites claros. O discurso amplamente inclusivo e igualitário dos momentos iniciais dos processos de libertação do jugo colonial foi sendo, progressivamente, moderado e a participação popular, restringida e controlada. Ainda assim, o Brasil foi um caso extremo em que a independência regeu-se por signos de continuidade. A ordem social colonial foi preservada em grande medida e a legitimidade do novo Estado brasileiro continuou a emanar das idéias dinástico-religiosas e das hierarquias do Antigo Regime. D. Pedro deu um sentido de continuidade quase natural a essa idéia. A transmigração da Corte portuguesa e a permanência do príncipe herdeiro no Rio de Janeiro criaram condições favoráveis para a experiência monarquista. Esta foi menos arriscada no que se refere à preservação das relações sociais vigentes, pois conservou as bases do imaginário comum da colônia, apenas transferindo a lealdade e o simbolismo dinástico-religioso do rei de Portugal para o novo monarca, agora “brasileiro”.

Para os países americanos, a opção pelo republicanismo traduziu-se na utilização da idéia de nação como fonte de legitimação para seus Estados recém-criados. O Brasil, contudo, ao optar pela monarquia, colocou-se na contramão desse movimento. Se, para os vizinhos americanos, o “outro” eram a Europa e o Antigo Regime, para o Império, o “outro” era justamente o conjunto das repúblicas americanas. Assim, o Império construiu sua auto-imagem a partir da noção de uma pretensa superioridade, em termos civilizatórios, que seu regime político lhe conferia. Mesmo escravista, atrasado e “tropical”, o Império brasileiro via-se distinto e melhor do que seus vizinhos, que considerava anárquicos e instáveis.⁴

⁴ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a Europa e a América: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: UNESP, 2004.

Império: de pequenas pátrias a uma pátria grande

Inexistia entre os habitantes da vasta colônia portuguesa no continente americano um sentimento “nacional” e tampouco uma idéia de identidade entre as diversas províncias, cujos laços com a metrópole eram, freqüentemente, mais intensos e mais constantes do que com as demais regiões da colônia americana. Muitos eram os fatores que contribuía para a formação de um verdadeiro arquipélago de pequenas (na verdade, ainda muito extensas em termos de tamanho) “pátrias” locais: vastidão do território, a precariedade dos meios de comunicação e de transportes, a orientação econômica voltada para exportação e as próprias políticas da coroa portuguesa. No espaço do império ultramarino português, aos territórios coloniais estava destinado o papel de fornecedores de rendas e matérias-primas para a metrópole, a qual tinha neles um mercado seguro, na medida em que a manufatura estava proibida e o comércio, monopolizado. Não era permitido, ao contrário das colônias espanholas, fundar instituições educacionais de nível superior e tampouco imprimir livros ou periódicos, sendo a importação destes rigorosamente controlada.

Naturalmente, havia brechas nessa orientação vertical das diversas zonas coloniais em direção à metrópole e criaram-se, também, relações de complementaridade econômica e outros tipos de intercâmbios sociais entre os territórios coloniais (e mesmo entre zonas de colonização portuguesa e espanhola). É interessante notar que no estudo desses fluxos não se encontrará uma prefiguração do território depois estabelecido como brasileiro. O caráter escravista da produção agro-exportadora da colônia obrigou a criação de uma economia bipolar, unindo as zonas de produção escravistas no Brasil e zonas de reprodução de escravos no continente africano.⁵ Os intercâmbios e interesses entre algumas regiões da colônia americana e da África eram mais intensos do que entre muitas das várias “pátrias” da América portuguesa. A descontinuidade geográfica, de regiões separadas por um *rio chamado Atlântico*,⁶ não alteram fundamentalmente essa realidade. Um “país” unido, por exemplo, o atual estado da Bahia e a região onde hoje existe a Nigéria foi, em algum momento, uma possibilidade mais concreta do que uma nação de dimensões continentais abrangendo desde a capitania do Grão-Pará até a de São Pedro do Rio Grande.

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “O Fardo dos Bacharéis”. In *Novos Estudos CEBRAP*, n° 19 (1987): pp. 99-134.

Os desenhos possíveis para as nações que surgiram do desmonte do império colonial português (no século XIX, na América, e, já na segunda metade do século XX, na Ásia e África) não estavam de nenhum modo predeterminados. A hipótese de uma independência “brasileira” que abrangesse territórios na África era concreta o bastante para alarmar Lisboa e Londres e teria sido bastante factível, caso não enfrentasse a oposição inglesa, que acabou por excluir essa possibilidade em cláusula para o reconhecimento da independência brasileira. Por outro lado, os sentimentos localistas eram fortes o suficiente para gerar revoltas e inconfidências que não tinham, entretanto, abrangência além das suas “pátrias” locais, incapazes de ganhar a adesão de outras áreas do território da colônia. Pode-se, sem exagero, argüir sobre as possibilidades de sucesso de proto-nacionalidades como a mineira, a pernambucana, a gaúcha ou a paulista. Às vésperas da independência brasileira, nas Cortes de Lisboa, Feijó confirmava o entendimento de que ele e os demais deputados vindos da colônia americana não eram representantes do Brasil, “porque cada província se governa hoje independentemente”.⁷ Do mesmo modo, dois dos três deputados eleitos por Angola para as Cortes portuguesas aderiram à causa da independência brasileira e ficaram no Brasil.⁸

Ao longo das quase sete décadas do Império, certamente, não se alcançou um sentido de nacionalidade – a construção da “comunidade imaginária” proposta por Anderson. As óbvias diferenças e hierarquias entre os brasileiros, entendidas como “a ordem natural das coisas” no imaginário do Antigo Regime, eram um obstáculo intransponível (ainda que, evidentemente, os laços de solidariedade, igualdade e fraternidade nas nações “reais” estejam mais no plano do discurso do que na prática). De qualquer modo, a “monarquia tropical”, com a progressiva consolidação do Estado, pôde superar as tendências separatistas, abafar as várias proto-nacionalidades do vasto território e criar vínculos afetivos com uma idéia de pátria muito além das pequenas “pátrias” locais. Foi a partir desse sentimento de uma pátria que englobava todo o território da ex-colônia, criado no período monárquico, que um sentimento nacional, para além do simples patriotismo, pôde vir a ser impulsionado, depois, pelos governos

⁶ COSTA E SILVA, Alberto da. *Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.

⁷ CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *A Fundação de Império Liberal*. In HOLANDA, Sergio Buarque de (org.) “O Processo de Emancipação” - *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª Edição. Tomo II, Vol. 1. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 176.

⁸ COSTA E SILVA, Alberto da. *Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003, p. 12.

republicanos, em uma importante transformação das bases da legitimidade do Estado brasileiro.

Nessa tarefa, muitos elementos seriam reaproveitados, ganhando novas leituras e tendo seus conteúdos modificados. Os símbolos nacionais, a bandeira e o hino são um bom exemplo. Após uma fracassada tentativa de introduzir uma bandeira republicana à feição da estadunidense, as grandes características da bandeira do Império foram mantidas. O hino, por pressão popular, permaneceu o mesmo, recebendo uma nova letra. Os mitos fundadores foram redimensionados: exuberância da natureza e o caráter das gentes, o sentimento de grandeza legado pela idéia de “Império do Ocidente” da colonização portuguesa e continuada pela “monarquia tropical”, a superioridade da nossa civilização sobre os turbulentos vizinhos. Revalorizou-se o velho mito de uma unidade territorial preexistente, a posse de um vasto território que une os brasileiros a despeito de suas diferenças.

Ainda que a identidade brasileira de então não se tenha definido em termos “nacionais”, pode-se falar em patriotismo durante o período imperial. Assim, em termos da trajetória de construção do nacionalismo brasileiro, os anos da monarquia deram a importante contribuição de superar as lealdades e identidades voltadas para as “pequenas pátrias” da ex-colônia para consolidar uma idéia de “grande pátria”, que abrangia todo o território do vasto Império. O Brasil imperial não podia definir-se em termos de nação, mas tampouco podia escapar da necessidade de consolidação de uma identidade própria para os habitantes daquele novo país, como súditos do imperador e como patriotas de uma pátria que ultrapassava suas “pequenas pátrias” e que, finalmente, confundiu-se com os contornos do território cuja soberania era exercida pelo Estado brasileiro.

Duas dicotomias: cidadão-soldado e soldado-escravo

A construção do sentimento nacional foi uma novidade que veio no bojo das grandes transformações trazidas pela superação do Antigo Regime na Europa e nas Américas. A modernidade traduziu-se não só em uma alteração radical das relações sociais, com a revolução industrial e o aprofundamento das relações capitalistas, mas também em uma completa revisão das mentalidades, com o abandono do antigo mundo construído em torno das relações dinástico-religiosas por uma nova ordem em que o

nacionalismo passou a ser a força que ordena e comanda as lealdades políticas e sociais. O modo como se fazem as guerras e a ideologia e estruturas das forças armadas foram, justamente, duas peças-chaves desse movimento. A preservação da monarquia no Brasil até quase os últimos anos do século XIX teria conseqüências, não só para o desenvolvimento do nacionalismo, mas também para a evolução das forças armadas.

Desde fins do século XVIII e ao longo do século XIX, assistiu-se a uma verdadeira revolução na atividade militar. A mudança mais importante, no entanto, não se registrou nas táticas ou nos armamentos utilizados (ainda que tenha havido avanços importantes nestas duas áreas também), mas na organização e na ideologia das forças armadas. Antes da idéia dos exércitos como a *nação em armas*, trazida principalmente pela Revolução Francesa, sentimentos de lealdade à nação não tinham lugar na organização militar. A disciplina das tropas era mantida por meio de uma brutal disciplina e os exércitos eram considerados como *hordas armadas*. Soldado e cidadão eram noções diametralmente opostas. As forças armadas refletiam fielmente as hierarquias do Antigo Regime, com os postos de comando preenchidos com base na condição social. Oficialidade e tropa eram dois mundos completamente distintos.

Com a Revolução Francesa, as identidades de cidadão e de soldado foram aproximadas. O povo seria chamado a defender seu novo status de cidadão, o recrutamento militar deixaria de ser um fardo imposto apenas aos setores marginais da sociedade. A tropa perderia seu caráter de instituição quase penal. O alistamento de grandes parcelas da população, além de exigir profundas reformas para que esse contingente pudesse ser recrutado, treinado, alimentado, transportado, equipado, etc., impôs uma profunda transformação no próprio status do soldado na sociedade. A generalização do serviço militar demandou a eliminação do seu caráter de anátema, para atribuir-lhe uma nova dignidade social.

As forças armadas modernas distinguem-se dos exércitos e armadas do Antigo Regime em muitas dimensões. Além de um contingente significativamente maior, atingindo em tese a toda população masculina do país, o serviço militar sofreu importantes transformações em termos de funções e do próprio status a ele atribuído. Gradualmente, os exércitos perderiam sua função, proto-penal, de controle direto, por meio da brutal disciplina imposta às tropas, das “classes perigosas”, pelo recrutamento compulsório. Arregimentadas em verdadeiras caçadas humanas, as tropas reuniam

criminosos e homens sem ocupação definida ou status social que lhes permitisse fugir ao serviço das armas. Uma vez alistado, os tempos de serviço prolongavam-se por muitos anos, submetido a uma disciplina em que abundavam os castigos corporais.

Estender o serviço militar a toda a população exigiu uma profunda alteração de seu status. O *tributo de sangue* só poderia ser imposto à massa da população em um contexto ideológico em que a condição de recruta não fosse vista como um estigma social. No contexto maior da dissolução do mundo de relações sociais e ideológicas do Antigo Regime, essa transformação tomou como base os novos sentimentos nacionalistas e o serviço das armas adquiriu uma dimensão de dever cívico. “O alistamento obrigatório universal e a cidadania eram dois lados de uma moeda. Juntamente com a educação compulsória e o direito ao voto, o alistamento era visto como um dos pilares do Estado democrático”.⁹

No caso do Brasil do século XIX, a continuidade da monarquia e da escravidão constituía forte obstáculo às transformações associadas à modernização das forças armadas e a prova das armas contra o Paraguai revelou em toda sua extensão o anacronismo e a inadequação da ordem social brasileira. No Império, era clara a distinção entre cidadão e soldado. A cidadania, um corpo reduzido de homens brancos e proprietários, reunia os mais improváveis candidatos ao serviço militar. De modo consistente com o caráter conservador do processo de independência brasileira, a estrutura das forças armadas no período imperial foi em grande parte um legado da colonização portuguesa. O caráter relativamente não violento do processo de independência não exigiu a mobilização de grande número de tropas e, ainda que tenha tido impacto na composição racial das fileiras, pôde passar ao largo da questão fundamental da manutenção da escravidão. O recrutamento também era, nos moldes herdados da colônia, uma forma de controlar a população livre, alistando-se de forma compulsória parte da população masculina livre sem ocupação definida ou, mesmo, criminosos. A captura de recrutas se dava em operações realizadas pela Polícia, por milícias ou pelo próprio Exército, que em muito se pareciam com as expedições de caça de escravos.

Ainda que pobres, aqueles que estivessem protegidos pelas redes de relações de clientela com autoridades locais acabavam por evadir-se do serviço militar, revelando

⁹ CENTENO, Miguel Angel *Blood and Debt: war and the Nation-State in Latin America*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p. 242.

seu maior status social (derivado de sua inserção, ainda que subordinada, em alguma rede de compadrio) em relação aos que efetivamente acabavam servindo. Nesse contexto, a condição de recruta aproximava-se perigosamente daquela de escravo, ainda que a barreira entre as duas situações fosse clara. O estigma resultante reduzia o status de recruta a uma situação que, sempre que houvesse oportunidade, se havia de evitar. A disciplina das tropas era mantida com base em uma feroz e violenta vigilância e repressão, que incluía castigos físicos, e pouco espaço havia para criação de sentimentos nacionalistas entre os alistados dessa maneira.

Na sociedade altamente hierarquizada que a manutenção da monarquia conseguiu preservar da situação colonial, era ainda mais marcante a distinção entre soldado e escravo. A escravidão, extinta progressivamente no resto das Américas com o avanço do republicanismo e do apelo às noções de cidadania e nacionalismo, continuou a ser o principal fundamento econômico do Brasil imperial. A resistência armada portuguesa à independência reduziu-se às lutas na Bahia (de meados de 1822 até 2 de julho de 1823) e, em menor monta, no Maranhão e na Cisplatina. Ao contrário do resto da experiência americana, não houve, portanto, a necessidade da criação de um exército revolucionário e não se registrou, salvo casos isolados, a incorporação de escravos nas fileiras do exército¹⁰ e da armada de D. Pedro (que, inclusive, fez grande uso de tropas e oficiais mercenários).¹¹

A Guerra: uma pequena nação contra um grande império

A mobilização militar no Paraguai envolveu a maior parte da população masculina do país diretamente no conflito e foi percebida pela população paraguaia como uma luta da nação contra seus inimigos externos. Esta diferença está na base da explicação de como o pequeno Paraguai pode enfrentar seus vizinhos mais poderosos em uma guerra que se arrastou por quase um lustro. Ao longo do conflito, o Brasil empregou contra o Paraguai cerca de 110.000 soldados e marinheiros, o que representava apenas cerca de 1,5% da população, estimada em 9 milhões de

¹⁰ A propósito, ver SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹¹ O general francês contratado por D. Pedro para comandar a expulsão das tropas portuguesas na Bahia, Pierre Labatut, chegou a confiscar escravos de senhores de engenho portugueses ausentes, mas a medida foi repudiada pelas autoridades e, em 1824, foi emitido um decreto exigindo que os negros provassem sua condição de homens livres antes de se alistarem.

habitantes.¹² Mas o esforço para recrutar e mobilizar mesmo esta reduzida fração da população brasileira mostrou-se um desafio quase intransponível para as práticas e estruturas militares do Império.

No início do conflito, D. Pedro II convocou a população livre para a defesa da pátria, que afinal tinha sofrido uma invasão das forças paraguaias na província de Mato Grosso e, depois, no Rio Grande do Sul. No entanto, poucos responderam ao chamado feito pelo *voluntário número um* da nação. A resposta decepcionante refletiu, por um lado, o pouco apelo que a defesa da nação altamente excludente e racista desenhada pelas elites tinha para a maior parte da população e, por outro, o profundo estigma de que as tropas sofriam como repositório de criminosos e de marginais de toda a espécie.

Contrariando o pressuposto de que a participação na Guarda Nacional¹³ servia como garantia para escapar ao recrutamento, o governo, premido pelas circunstâncias, exigiu a participação dos seus membros no esforço de guerra, prometendo, no momento da convocação, que estes recrutados serviriam por apenas um ano, promessa que logo seria descumprida.

Como forma de estimular o alistamento, seriam criados também, em janeiro de 1865, os batalhões de *Voluntários da Pátria*. Estes recebiam melhores salários e bônus no alistamento e tiveram prometidos benefícios em dinheiro e na forma de concessão de terras ao fim do conflito, além de pensões para as viúvas e órfãos e para os veteranos mutilados. Esses benefícios seriam depois estendidos aos membros da Guarda Nacional alistados, mas não às tropas regulares. Ainda assim, a resposta da população foi reduzida e “o governo recrutou à força muitos, senão a maioria, dos Voluntários da Pátria e dos membros da Guarda Nacional”.¹⁴ Uma grande campanha de captura de recrutas foi então empreendida nos campos e nas cidades, provocando a fuga de muitos

¹² BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*, Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 38.

¹³ A Guarda Nacional, criada por lei de 18 de agosto de 1831, baseava sua atuação nos municípios, subordinada localmente aos juízes de paz e, depois de 1850, ao Ministro da Justiça. Era composta pelos brasileiros de 21 a 60 que auferissem a renda mínima exigida para serem eleitores, compondo, em tese, uma milícia cidadã. A representação da cidadania, no entanto, refletia fielmente a ordenação da *nação* elitista e excludente que se pretendia forjar. Além de já excluir a maior parte da população pela adoção do critério censitário, a distribuição de postos na Guarda Nacional obedecia às hierarquias sociais vigentes e subordinava-se diretamente às elites regionais. Assim, a criação da Guarda Nacional, do mesmo modo que de outras milícias semelhantes nas repúblicas vizinhas, não contribuiu para o fortalecimento do nacionalismo.

¹⁴ BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*, Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 45.

recrutáveis para as matas. Fez-se valer o dito: “Deus é grande, mas o mato é ainda maior”.

Se as necessidades derivadas do conflito mostraram a inadequação da distinção entre soldado e cidadão, a fronteira entre soldado e escravo também seria, novamente, posta à prova. Apesar do fato de pelo menos cerca de 7 mil ex-escravos terem servido no Exército e na Armada brasileiros durante a Guerra do Paraguai,¹⁵ em nenhum momento o governo imperial pôs em questão o direito dos senhores à propriedade de seus escravos em uma política de recrutamento direto de escravos. Ao contrário, apesar da longa duração e das grandes pressões derivadas do conflito, foi mantida a política, estabelecida desde a Guerra de Independência, de recusar o recrutamento de escravos fugidos e devolvê-los a seus senhores. No entanto, também coerentemente com essa doutrina, continuou-se a buscar, por meio de compensação aos seus donos, a alforria dos escravos que, não tendo tido sua condição detectada, participaram efetivamente do esforço de guerra.

Efetivo do Exército brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança

	Número	%
Homens livres	86.895	95,6
Voluntários da Pátria	37.438	41,2
Oriundos da Guarda Nacional	31.198	34,3
Exército regular	17.465	19,2
Substituições por homens livres	794	0,9
Escravos libertos	4.003	4,4
Doados por seus senhores	799	0,9
Substituições por escravos	948	1,0
Doados pelo governo	449	0,5
Alforrias indenizadas	1.807	2,0
Efetivo total	90.898	100

Fonte: Relatório do Ministério da Guerra (1872). Adaptado de KRAAY, H. *Slavery, Citizenship...* p. 231

¹⁵ Não há um consenso sobre o número de escravos que participaram do conflito. Os dados oficiais sustentam uma participação de pouco mais 4.000 homens no Exército e cerca de 2.900 na Armada, em contraste com autores que situam esta contribuição em 20.000 e até 100.000 escravos. Para os autores aqui citados, o número verdadeiro deve situar-se por volta da cifra oficial de 7.000 homens. KRAAY, Hendrik “Slavery, Citizenship and Military Service in Brazil’s Mobilization for the Paraguayan War,” *Slavery and Abolition*, Vol. 18, n° 3 (December 1997), p. 229; e BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*, Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 52.

Houve quatro caminhos para o ingresso de escravos nas fileiras das forças armadas durante o conflito com o Paraguai: 1) alguns foram doados por seus donos como contribuição para o esforço de guerra; 2) outros foram apresentados em substituição de homens livres alistados; 3) em 1867 e 1868 o governo pagou indenizações aos senhores que libertaram seus escravos para que fossem alistados; e 4) alguns escravos fugitivos alistaram-se voluntariamente.

No início do conflito, no auge de um curto fervor patriótico, registraram-se doações de escravos como contribuição ao esforço de guerra. Os escravos doados por seus senhores eram alforriados e imediatamente alistados compulsoriamente nas tropas brasileiras. A onda de patriotismo, no entanto, logo se desvaneceu e tanto as doações de escravos como o alistamento voluntário de homens livres tornaram-se raros. Nesse contexto, seriam cada vez mais usados artifícios para fugir do recrutamento. Entre as fórmulas possíveis estava previsto o recrutado apresentar um substituto que seria alistado em seu lugar. Estes substitutos poderiam ser homens livres ou escravos e os dois casos foram registrados, na medida, inclusive, em que o recrutamento recaía basicamente na camada mais pobre da população livre, que não possuía escravos. Havia, também, a possibilidade de evadir-se do serviço militar com o pagamento de 600 mil-réis, quantia inacessível para os pobres. Vale notar, ainda, que este valor era inferior ao preço de mercado de um escravo com condições físicas para ser aceito pelo exército, o que fazia com que as substituições por escravos fossem antieconômicas para os poucos donos de escravos afetados diretamente pelo recrutamento, sendo preferível o pagamento da isenção em dinheiro. Estas duas isenções seriam extintas em setembro de 1867, tendo sido as substituições delas decorrentes responsáveis por modestos 2% do contingente da tropa do exército.

A partir de fins de 1866, sem perspectivas para o fim da guerra e com dificuldades crescentes para o recrutamento de novos soldados, iniciou-se um importante debate sobre a necessidade de estender o recrutamento à população escrava. No Brasil, esse passo nunca seria tomado. Nos Estados Unidos, ao contrário, os confederados, quase ao fim da Guerra Civil, decidiram pela incorporação dos escravos aos exércitos sulistas.

Por decisão do imperador, a questão seria discutida na sessão do Conselho de Estado em 5 de novembro de 1866. Na ocasião, D. Pedro II propôs três questões ao Conselho: “1º Continuando a guerra, será conveniente lançar mão de alforria de

escravos para aumentar o número de soldados do Exército? 2º Que escravos serão preferíveis para o fim de que trata o primeiro quesito: os da Nação, os das ordens religiosas, ou os dos particulares? 3º Como realizar essa medida?”¹⁶

O debate que se seguiu deixou bem clara uma forte resistência a qualquer medida que pusesse em questão o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos. Alguns membros do Conselho, como o visconde de Jequitinhonha, opuseram-se em princípio à alforria de escravos, considerando a medida “impolítica, indecorosa, ineficaz, e muito onerosa aos cofres públicos”.¹⁷ De modo geral, a alforria dos escravos pertencentes ao governo e às missões religiosas foi considerada factível, pois dependia apenas da vontade do governo, mas de pouca utilidade pelo pequeno número de escravos atingidos. A despeito de ter sido aventada a hipótese da desapropriação, *por necessidade pública*, dos escravos de particulares, mesmo os conselheiros que responderam positivamente à primeira pergunta formulada pelo imperador descartaram a medida, admitindo apenas a compra de escravos pelo governo, observado o pleno respeito ao direito de propriedade.

Mesmo a compra de escravos sofreu reparos, preferindo alguns conselheiros “recorrer aos contratos de soldados estrangeiros, os quais (...) se obteriam na Europa por quantia muito inferior, e poderiam depois da guerra ser muito úteis como colonos”.¹⁸ O receio de que a incorporação dos escravos no esforço de guerra solapasasse as bases da escravidão ficaria patente na argumentação do visconde de Itaboraí:

Alegar-se-á porventura o perigo do emprego de soldados estrangeiros, o nenhum interesse que tomam pelo País a que vierem servir, os nenhuns laços que os prendem à causa que defendemos; mas ainda com este desconto são eles menos perigosos, que os escravos tirados um dia do Estado de abjeção em que vivem para se lhes confiarem as armas no outro dia, nutrindo em seus corações a má vontade, as indisposições, os rancores que acumulam durante o cativeiro, mormente conhecendo, como não podem deixar de fazê-lo, que se lhes dará a liberdade, não por sentimentos de justiça ou mesmo de generosidade, mas pela necessidade de opô-los aos inimigos de seus senhores. (...) Chamar os escravos a defender com os homens livres a integridade do Império, e a vingar os ultrajes recebidos de uma pequena República, é confessar de modo mais autêntico e solene perante o mundo civilizado que somos impotentes para, sem auxílio de nossos escravos, defendermo-nos como nação; e desde então lhe parece impossível acharem-se razões que possam justificar o fato de continuarmos a conservá-los

¹⁶ BRASIL, Conselho de Estado *Atas do Conselho de Estado*. Direção geral, organização e introdução de José Honório Rodrigues. Brasília: Senado Federal, Volume VI, 1978, p. 71.

¹⁷ JEQUITINHONHA in BRASIL, Conselho de Estado *Atas do Conselho de Estado*. Direção geral, organização e introdução de José Honório Rodrigues. Brasília: Senado Federal, Volume VI, 1978, p. 73.

¹⁸ ITABORAI in BRASIL, Conselho de Estado *Atas do Conselho de Estado*. Direção geral, organização e introdução de José Honório Rodrigues. Brasília: Senado Federal, Volume VI, 1978, p. 74.

deserdados de seus direitos de homens, das vantagens da vida civil: seria em sua [de Itaboraí] opinião o passo mais adiantado e mais decisivo para a próxima e rápida emancipação.¹⁹

A linha demarcatória do direito de propriedade não seria ultrapassada, mas na medida em que o sistema de recrutamento da população livre não conseguia suprir as necessidades da guerra, o governo imperial renovaria o apelo para a doação de escravos e passaria, depois, a comprar escravos para, alforriados, integrarem compulsoriamente as tropas. Para dar o exemplo, o governo imperial passaria a libertar parte de seus escravos, tendo D. Pedro II iniciado o processo pessoalmente com a alforria concedida (e imediato recrutamento) de 67 escravos de sua propriedade. A contribuição direta do Estado seria, no entanto, quase simbólica, totalizando menos de quinhentos escravos cedidos ao esforço de guerra. Foi, ademais, criado um fundo para a compensação dos senhores que aceitassem contribuir com seus escravos para as tropas brasileiras. Novamente, o próprio imperador deu o exemplo contribuindo com 100 mil contos de réis para o fundo.²⁰

Em sua mensagem de abertura dos trabalhos do Parlamento em maio de 1867, o imperador, ainda que de modo cauteloso, pediria aos congressistas que examinassem a questão do fim da escravatura:

O elemento servil no Império não pode deixar de merecer oportunamente a vossa consideração, provendo-se de modo que, respeitada a propriedade atual, e sem abalo profundo em nossa primeira indústria — a agricultura —, sejam atendidos os altos interesses que se ligam à emancipação.²¹

No entanto, não ousando por em questão o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos, restou ao governo imperial a opção de buscar a aquiescência dos escravocratas por meio de indenizações pelos escravos recrutados, caminho que teria seus limites dados pela crescente crise financeira do Estado. As alforrias indenizadas refletiam uma estrita observância ao direito de propriedade da classe escravocrata. Ao invés de expropriar os escravos, o Império sujeitou-se a buscar no mercado de escravos, agravando sua situação fiscal, a mão-de-obra de que necessitava desesperadamente para preencher as fileiras do Exército. As pouco mais de 1.800 alforrias indenizadas contribuíram com apenas 2% do total da tropa do exército, deixando clara a dificuldade

¹⁹ ITABORAI in BRASIL, Conselho de Estado *Atas do Conselho de Estado*. Direção geral, organização e introdução de José Honório Rodrigues. Brasília: Senado Federal, Volume VI, 1978, pp. 74-75.

²⁰ KRAAY, Hendrik. "Slavery, Citizenship and Military Service in Brazil's Mobilization for the Paraguayan War." In *Slavery and Abolition*, Vol. 18, n° 3 (December 1997), p. 236.

²¹ BRASIL, Imperador *Falas do Trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889*, coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. Brasília: INL, 1977, p. 374.

de mobilizar um contingente compatível com as exigências de um esforço de guerra prolongado.

A quarta via de participação dos escravos no conflito – esta, sim, potencialmente atentatória ao direito de propriedade dos senhores de escravos – era o recrutamento de escravos fugitivos. Também neste caso, no entanto, confirmou-se o primado do direito de propriedade dos senhores sobre as necessidades da guerra. Havia a proibição formal desse tipo de recrutamento e cabia ao voluntário provar sua condição livre para ter seu alistamento aceito. Os escravos fugitivos inadvertidamente recrutados foram rotineiramente devolvidos aos seus donos, durante e após o conflito, desde que estes pudessem provar a propriedade e que os escravos em questão não tivessem tido uma participação no conflito que de algum modo os destacassem. Neste último caso, aplicava-se a política seguida desde a independência e era negada a devolução do escravo, mas concedida indenização ao seu antigo senhor.²²

Conclusão

Ao contrário da assertiva de Tilly sobre a relação entre guerra e fortalecimento do Estado – “os Estados fazem as guerras e as guerras fazem os Estados”²³ – o conflito contra o Paraguai contribuiu fortemente para a decomposição do Estado imperial. Os limites de uma sociedade escravista na mobilização, seja de seus escravos, seja de sua população livre (cuja maior parte, com razão, não se reconhecia na nação excludente restrita às elites da monarquia), ficaram muito evidentes. Uma sociedade atrasada, ainda presa à escravidão como base do sistema produtivo, tinha como contrapartida um imaginário que sustentava, como uma relíquia do Antigo Regime, as diferenças entre os homens – e mulheres – como fatos “naturais”, derivados das condições de nascimento. As idéias de cidadania e nação, que se afirmavam no Ocidente, rompiam com esse imaginário, do mesmo modo que a afirmação das relações capitalistas de produção superavam a produção com base na exploração da mão-de-obra escrava.

Na competição entre esses dois mundos, um que se afirmava e outro que se eclipsava, as guerras eram momentos de definição. Como ressaltou Beattie:

²² KRAAY, Hendrik. “Slavery, Citizenship and Military Service in Brazil’s Mobilization for the Paraguayan War,” *Slavery and Abolition*, Vol. 18, n.º 3 (December 1997), p. 234.

²³ TILLY, Charles. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975, p. 73.

Para muitos líderes em todo o mundo, a vitória nas guerras demonstrava a superioridade de uma nação. As guerras traziam comparações entre as culturas e mudanças na hierarquia entre as nações. A Guerra Civil Americana (1861-65) e a Guerra Franco-Prussiana (1870-71) realçaram essas comparações. A derrota dos confederados nos Estados Unidos isolou ainda mais o Brasil como um dos últimos bastiões da escravidão nas Américas e convidou a conclusões desagradáveis sobre a capacidade de uma sociedade escravista conduzir com sucesso uma guerra moderna. A vitória da Prússia sobre a França tornou o sistema de treinamento e alistamento universal alemão no novo modelo mundial.²⁴

Na Guerra da Tríplice Aliança, o vasto império brasileiro derrotou a pequena nação paraguaia. Por um lado, a nacionalidade paraguaia acabou marcada pela derrota militar, mas pode-se afirmar também essa nacionalidade que acabaria forjada por essa perda e o conflito passou à categoria de mito de origem da nação paraguaia. O processo de formação da nacionalidade brasileira, por outro lado, teve na vitória contra o Paraguai um importante ponto de inflexão, em que – apesar da vitória – as falências das práticas, instituições e do imaginário da monarquia escravista ficaram patentes. As quase sete décadas do Império construíram uma pátria de dimensões continentais, acima das muitas “pequenas pátrias” do período colonial, mas para a construção da “comunidade imaginada” brasileira era necessário superar muitas das instituições e o imaginário da “monarquia tropical”. Vencida a guerra, esse processo se precipitou rapidamente.

²⁴ BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*, Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 62.